

# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ENAMAT**

**ANO DE 2008**

**Diretor: Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA**

**Vice-Diretor: Ministro ANTÔNIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN**



## **APRESENTAÇÃO**

Atendendo ao disposto no art. 7º, inciso X da Resolução Administrativa 1158/2006 do Tribunal Pleno – Estatuto da Enamat –, apresento o relatório anual das atividades desenvolvidas pela Escola em 2008, segundo ano da gestão desta Diretoria.

No período, foram ministrados três Cursos de Formação Inicial (CFI), que atenderam a 174 Alunos-Juízes de 16 Regiões, nos meses de fevereiro e março, abril e maio e novembro de 2008.

Além disso, a Escola promoveu, em junho, seu 1º Curso de Formação de Formadores, em Execução Trabalhista em Vara do Trabalho, que atendeu a 47 Juízes de todas as Regiões do País. Os Magistrados treinados repassaram seus conhecimentos a seus pares, ao retornar a suas respectivas regiões.

Foi realizada, em outubro, a 2ª reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT, que trouxe à Enamat os diretores das 24 Escolas Judiciais do País e representantes do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra).

A Escola deu seguimento aos convênios já firmados. O primeiro, com a AECID, a Agência Espanhola de Cooperação e Desenvolvimento, que garantiu um frutífero intercâmbio de conhecimento, com diversas visitas de Ministros do TST à Espanha e a vinda de Magistrados espanhóis à Enamat para as aulas inaugurais dos Cursos de Formação Inicial da Escola. O segundo, com o Conselho Britânico, resultou na visita, em outubro, deste diretor a Oxford, e a concretização do Ciclo de palestras Sérgio Vieira de Mello “Uma nova consciência em Direitos Humanos”, neste Tribunal.

Foram realizadas diversas visitas, tanto de ministros conselheiros quanto do diretor da Enamat, a outras Escolas de Magistratura nacionais, para troca de conhecimento, ao longo do ano. A Escola, por outro lado, recebeu, mais uma vez, inúmeros visitantes brasileiros e estrangeiros, interessados em conhecer a experiência pioneira da Enamat.

**Carlos Alberto Reis de Paula**

Diretor

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento  
de Magistrados do Trabalho



Abaixo, o edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho, onde, no 5º andar do Bloco A, está sediada a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT



## ÍNDICE

COMPOSIÇÃO _____	06
FORMAÇÃO INICIAL _____	07
4º CFI _____	07
5º CFI _____	16
6º CFI _____	22
FORMAÇÃO DE FORMADORES _____	34
OUTROS EVENTOS _____	44
2ª REUNIÃO DO SIFMT _____	44
VISITAS REALIZADAS _____	58
VISITAS RECEBIDAS _____	61
REUNIÕES DO CONSELHO CONSULTIVO _____	64
A ESCOLA EM IMAGENS _____	70

## 01. COMPOSIÇÃO

**BIÊNIO: 2007/2009**

**DATA DA POSSE: 7/3/2007**

### **DIRETOR**

Ministro Carlos Alberto Reis de Paula

### **VICE-DIRETOR**

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

### **CONSELHO CONSULTIVO**

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Ministro Renato de Lacerda Paiva

Ministro Lélío Bentes Corrêa

Juiz José Roberto Freire Pimenta – TRT da 3ª Região

Juiz Giovanni Olsson – 2ª Vara do Trabalho de Chapecó/SC



## 02. FORMAÇÃO INICIAL

### 4º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

De 11 de fevereiro a 7 de março de 2008



### PARTICIPANTES

45 Juízes do Trabalho Substitutos provenientes de 6 Tribunais Regionais do Trabalho: TRT 4ª Região (RS) 2 Magistrados – TRT 5ª Região (BA) 1 Magistrado – TRT 6ª Região (PE) 15 Magistrados – TRT 8ª Região (PA/AP) 8 Magistrados – TRT 15ª Região (Campinas) 17 Magistrados – TRT 18ª Região (GO) 2 Magistrados

**Integração: 4h/aula**





**11/02/2008 – Ministro Moura França: 4º Curso de Formação Inicial da Enamat aproximará novos Juízes do dia-a-dia da Magistratura**

Ressaltando que os cursos de formação inicial da Enamat pretendem dar aos novos juízes não apenas conhecimentos científicos e doutrinários, mas aproximá-los o quanto possível da prática do dia-a-dia da magistratura, de forma a fornecer-lhes condições de julgar eficientemente, o Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Milton de Moura França, abriu o 4º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - Enamat (foto). Participaram da solenidade diversos Ministros do TST e outras autoridades do Poder Judiciário.

Em seu discurso de saudação, o Diretor da Enamat, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, realçou a importância dos novos Juízes, que, ao iniciarem a carreira no Primeiro Grau, são o “rosto” da Justiça do Trabalho, pois é na Primeira Instância que as partes têm contato com a Magistratura do Trabalho. Em afinação com o Vice-Presidente do TST, o Diretor da Escola também sublinhou a necessidade de esses Juízes virem a ser competentes na interpretação da realidade, em enxergar a relação dos autos com o dia-a-dia das partes. “E o CFI será uma grande oportunidade para tal, pois, após terem sido aprovados num concurso público que exigiu grande conhecimento teórico, na Escola os Senhores terão a chance de adequar a teoria à prática”, afirmou o Ministro Carlos Alberto.



## AULA INAUGURAL DO 4º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL (2h/aula)

**TEMA:** “Princípio da igualdade e direito a não ser discriminado nas relações de trabalho”

*D. José Fernando Lousada Arochena – Magistrado especialista en la Sala de lo Social del Tribunal Superior de Justicia de Galicia.*

Nas fotos, com os Ministros Carlos Alberto Reis de Paula, o vice-presidente do TST, Milton de Moura França, e Antônio José de Barros Levenhagen.



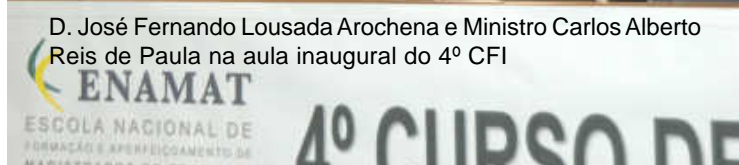
D. José Fernando Lousada Arochena, Magistrado especialista en la Sala de lo Social del Tribunal Superior de Justicia de Galicia



D. José Fernando Lousada Arochena e ministros Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen e Milton de Moura França



D. José Fernando Lousada Arochena e Ministro Carlos Alberto Reis de Paula na aula inaugural do 4º CFI



D. José Fernando Lousada Arochena e Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Diretor da Enamat

## DISCIPLINAS E PROFESSORES

### **Administração Judiciária (6h/aula)**

Juiz Ricardo Fioreze – VT de Encantado/RS

Cláudio Luís Gonçalves Garcia – Diretor de Secretaria da 13ª VT de Brasília/DF

### **Deontologia Jurídica (6h/aula)**

Ministro Ives Gandra da Silva Martins

Filho - TST

### **Linguagem Jurídica (8h/aula)**

Professor Doutor Adalberto José Kaspary

– UFRGS

Professor Doutor Leonardo J. Teixeira –

FGV

### **Sistema Judiciário (6h/aula)**

Juiz Antonio Umberto de Souza Junior –

CNJ

Juiz Grijalbo Fernandes Coutinho – 19ª

VT de Brasília/DF

Juiz Roberto Teixeira Siegmann – 27ª VT

de Porto Alegre/RS

### **Técnica de Instrução de Processo do Trabalho (6h/aula)**

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho - TST (foto)

Juíza Jane Granzoto Torres da Silva – TRT da 2ª Região

Juíza Elke Doris Just – 21ª VT de Brasília/DF

### **Laboratório Judicial (8h/aula)**

Juiz Luiz Henrique Marques da Rocha – VT do Gama/DF

Juiz Ricardo Córdova Diniz – 3ª VT de Itajaí/SC

Juiz Giovanni Olsson – 2ª VT de Chapecó/SC/Membro do Conselho Consultivo da

ENAMAT

### **Tecnologias Aplicadas à Magistratura do Trabalho (9h/aula)**

I – Sistema de Cálculo Rápido e Sistema de Audiências

Juiz Denilson Bandeira Coelho – 4ª VT de Brasília/DF



II – Aspectos Gerais da Virtualização do  
Processo e da Certificação Digital

Fernanda Brant de Moraes Londe –  
SETIN/TST

III – Estruturação e Utilização do Sistema  
BACEN JUD

Juiz Rubens Curado Silveira – VT de  
Guaraí/TO

Oromar José Novato – Banco Central do  
Brasil

IV – Tecnologias Aplicadas nas Sessões  
do TST

Ministro Carlos Alberto Reis de Paula – TST /  
Diretor da ENAMAT



**Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais (4h/aula)**

Professor Doutor Luís Roberto Barroso – Professor Titular de Direito Constitucional da UERJ

Juiz José Roberto Freire Pimenta – TRT da 3ª Região/Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

**Lógica Jurídica (6h/aula)**

Ministro Milton de Moura França – Vice-Presidente do TST

Professor Doutor Inocêncio Mártires Coelho – IDP

Professor Doutor Paulo Roberto Soares Mendonça – PUC/RJ e Procurador do Município do Rio de Janeiro/RJ

**Psicologia e Comunicação (10h/aula)**

Ministro Gelson de Azevedo - Ministro aposentado do TST

Jornalista Adriane Werner Bara - PR

Psicóloga Regina Márcia Manicardi Vaz – PE

**Técnica de Juízo Conciliatório (10h/aula)**

Juiz Giovanni Olsson - 2ª VT de Chapecó/SC/ Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT



Juíza Adriana Goulart de Sena - 35ª VT de Belo Horizonte/MG (foto)

**Morfologias do Trabalho e da Produção na Sociedade Contemporânea (6h/aula)**

Professor Doutor Giovanni Antonio Pinto Alves – Unicamp

Professor Doutor Márcio Pochmann – Unicamp

**Temas Contemporâneos de Direito (24h/aula)**

I – Aspectos Controvertidos da Prescrição no Direito do Trabalho

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi – TST/Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

II – Aplicação de Normas da OIT no Direito Brasileiro

Ministro Lelio Bentes Corrêa – TST/Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT (foto página anterior)

III – Desafios do Combate ao Trabalho Infantil e Escravo

Doutor Luis Antonio Camargo de Melo –  
 Subprocurador do MPT

IV – Aspectos da Prova Ilícita no Processo Trabalhista

Ministro João Oreste Dalazen –  
 Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

V – Desafios da Execução no Processo do Trabalho

Juíza Maria Inês Corrêa de Cerqueira  
 César Targa - 2ª VT de Paulínia/SP

VI – Condutas Discriminatórias no Âmbito Trabalhista

Parte 1. **Mesa-redonda:** Aspectos Sócio-psicológicos da Discriminação Trabalhista: a Prática Degradante

Psicóloga Regina Márcia Manicardi Vaz – PE - impactos da Discriminação no Sujeito  
 Doutor Alexandre Carvalho Baroni – Presidente do CONADE  
 Doutora Juscelina Nascimento – Chefe de Gabinete da Presidência da Fundação  
 Palmares - Ministério da Cultura

Parte 2. **Aula expositiva:** Aspectos Jurídicos da Discriminação trabalhista: a Prova e a Reparação

Coordenador: Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus – TST

VII – **Mesa-redonda:** A Relação Profissional entre os Operadores Jurídicos na Justiça do Trabalho

Coordenador: Ministro Renato de Lacerda Paiva – TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

Participantes: Juiz Cláudio José Montesso – Presidente da ANAMATRA

Doutor Edson Braz da Silva – Subprocurador-Geral do Trabalho

Doutor João Pedro Ferraz dos Passos – Membro da Comissão Nacional de Relações Institucionais do Conselho Federal da OAB

VIII – **Mesa-redonda:** A Consolidação das Experiências da Magistratura (Foto)

Coordenador: Ministro Decano Vantuil Abdala – TST

Participantes: Ministro José Luciano de Castilho Pereira – Ministro Aposentado do TST

Ministro Fernando Eizo Ono – TST

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – TST

IX – **Mesa-redonda:** Desafios e Possibilidades para a Efetividade da Jurisdição Trabalhista



Coordenador: Ministro Alberto Luiz  
 Bresciani de Fontan Pereira – TST

Participantes: Juiz Douglas Alencar  
 Rodrigues – TRT da 10ª Região

Juiz Ricardo Fioreze – TRT da 4ª Região

Juiz-Substituto: Carlos Augusto de Lima  
 Nobre – TRT da 10ª Região

X – Questões Financeiras e Previdenciárias da Carreira

Juiz Carlos Alberto Pereira de Castro – 4ª  
 VT de Blumenau/SC

## ESTÁGIOS:

Sessão do Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF) 4h/aula (foto)

Sessão do Tribunal Pleno (TST) 2h/aula

Sessão Especializada em Dissídios Coletivos (SDC/TST) 2h/aula

Sessão das Turmas do TST 4h/aula

Sessão Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1/TST) 2h/aula

Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) 2h/aula

Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA) 2h/aula (Foto)

Estudo (TST) 12h30/aula (foto na página anterior)



Alunos-Juízes em visita ao Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF)



Alunos-Juízes em visita à Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA)

Cerimônia de Encerramento (TST) 2h/aula

**CARGA HORÁRIA TOTAL: 147h30/aula**



### **7/3/2008 – Enamat forma 4ª Turma de juízes do Curso de Formação Inicial**

Na abertura da solenidade de encerramento do 4º CFI (foto), o Presidente do TST, Ministro Rider Nogueira de Brito, saudou os formandos, lembrando que eles são “o presente e o futuro da Justiça do Trabalho”. Já o Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Diretor da Enamat, sublinhou que os cursos são “uma celebração da unidade da magistratura”, o que leva à questão sobre a realização de concursos nacionais. “Ao lado da unidade, comemoramos também a diversidade de cada Região, com seus costumes, hábitos e história. As diferenças, quando nos aproximam, permitem o enriquecimento”, destacou ele. O Diretor da Enamat sublinhou ainda o papel da Escola na complementação da Formação dos Magistrados, pois, além dos Cursos de Formação Inicial, a Escola promove Cursos de Formação Continuada e de Formação de Formadores no Brasil e exterior, por meio de convênios com Instituições Nacionais e Internacionais, e usa técnicas de ensino presencial e a distância.

Falando em nome dos 45 juízes integrantes da turma do 4º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), em solenidade no Tribunal Pleno do TST, a Juíza Renata Conceição Nóbrega Santos, do TRT da 6ª Região (Pernambuco), destacou o valor da troca de experiências e visões de mundo entre pessoas com os mesmos sonhos, valores e missões, mas vindas de diversos Estados Brasileiros e seis Regiões Trabalhistas diferentes, com sotaques mistos, frutos das realidades múltiplas do País. “O curso da Enamat se encerra formando, antes e depois de Magistrados, Cidadãos, que se utilizarão de sua prerrogativa crítica para construir uma sociedade mais justa”, afirmou.



Juizes-Alunos celebram após receberem certificados de conclusão do 4º CFI no Tribunal Pleno do TST

Em solenidade em que esteve presente o Presidente do TST, Rider Nogueira de Brito, e demais ministros da Casa, os 45 Juizes do Trabalho Substitutos provenientes de 6 TRTs receberam do diretor da Enamat, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, o certificado de conclusão do 4º CFI.



Ministro Carlos Alberto entrega certificado a Aluna-Juiza



Ministro Carlos Alberto recebe homenagem dos Alunos-Juizes do 4º CFI

## 5º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

De 22 de abril a 21 de maio de 2008



### PARTICIPANTES

80 Juízes do Trabalho Substitutos provenientes de 9 Tribunais Regionais do Trabalho: TRT 2ª Região (SP) 43 Magistrados – TRT 4ª Região (RS) 1 Magistrado – TRT 5ª Região (BA) 1 Magistrado - TRT 6ª Região (PE) 1 Magistrado – TRT 7ª Região (CE) 1 Magistrado – TRT 9ª Região (PR) 15 Magistrados – TRT 11ª Região (AM/RR) 16 Magistrados – TRT 18ª Região (GO) 1 Magistrado – TRT 21ª Região (RN) 1 Magistrado.

**Integração: 4h/aula**





## 22/04/2008 – Ministro Carlos Alberto: Jovens Magistrados são filhos da Emenda 45

Parafraseando o vice-presidente do TST, Ministro Moura França, que chamou os novos alunos da Enamat de “jovens magistrados e magistrados jovens”, ao saudá-los na abertura do 5º Curso de Formação Inicial da Escola (foto), o diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, revelou que sente “uma certa inveja” do que ele chamou de “geração da Emenda 45”. A Emenda Constitucional de 2004 foi a que estabeleceu que o magistrado tem o direito e o dever de passar por constante aperfeiçoamento profissional, e dela resultou, na Justiça do Trabalho, a criação da Enamat, o estabelecimento dos CFIs, compostos por módulos nacional e regionais, como pré-requisito para a confirmação dos juízes no cargo, e demais cursos.

O diretor da Enamat disse aos alunos do 5º Curso que, quando retornarem aos seus Tribunais de origem, para a parte regional do curso, eles se lembrem de que são protagonistas da história da Justiça do Trabalho, e que o curso tem um profundo simbolismo, que é o de mostrar que existe uma identidade nacional na Justiça do Trabalho, apesar das peculiaridades de cada região. Tais peculiaridades são descobertas no convívio, e enriquecedoras tanto para os juízes entre si, como para a Escola. O Ministro finalizou lembrando aos novos alunos que o único compromisso que eles têm como magistrados é com o cidadão.

Ao falar sobre “A proteção ao emprego no mundo globalizado: Aplicação da Convenção nº 158 da OIT no Direito Espanhol”, na aula inaugural do 5º CFI, o magistrado espanhol D. Juan Martínez Moya, presidente do Tribunal Superior de Justiça da região de Murcia, na Espanha, e Presidente da Sala Civil e Penal do Tribunal, mostrou as mudanças por



que tem passado o mundo do trabalho na Espanha, que não diferem das que ocorrem nos demais países industrializados, inclusive o Brasil, e falou sobre os caminhos que o Judiciário daquele País tem tomado para enfrentar os novos desafios trazidos por elas ao cenário do trabalho, como o aumento do emprego temporário, do emprego em tempo parcial, do trabalho autônomo, a terceirização etc. O quadro, explicou ele, trouxe uma situação muito mais complexa para o mundo jurídico, que tem que arbitrar quando há ou não vínculo empregatício. A discussão sobre direito do Trabalho, porém, ressaltou ele, está em pauta atualmente em toda a União Européia.

### **AULA INAUGURAL DO 5º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL (2h/aula)**

**TEMA:** “A proteção ao emprego no mundo globalizado: a aplicação da Convenção nº 158 da OIT no Direito Espanhol”

*Magistrado D. Juan Martínez Moya – Presidente del TSJ de la región de Murcia*



Magistrado D. Juan Martínez Moya –  
Presidente del TSJ de la región de Murcia,  
dá a aula inaugural do 5º CFI



Ministro Carlos Alberto Reis de Paula,  
Magistrado D. Juan Martínez Moya e  
Ministro Renato de Lacerda Paiva

### **DISCIPLINAS E PROFESSORES**

#### **Administração Judiciária (6h/aula)**

Juiz Ricardo Fioreze – VT de Encantado/RS

Cláudio Luís Gonçalves Garcia – Diretor de Secretaria da 13ª VT de Brasília/DF

#### **Deontologia Jurídica (8h/aula)**

Ministro João Oreste Dalazen – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho  
- TST (foto)

**Linguagem Jurídica (8h/aula)**

Professor Doutor Adalberto José Kaspary –  
UFRGS

Professor Doutor Leonardo J. Teixeira –  
FGV

**Sistema Judiciário (6h/aula)**

Juiz Antonio Umberto de Souza Junior – CNJ

Juiz Grijalbo Fernandes Coutinho – 19ª VT  
de Brasília/DF

Juiz Roberto Teixeira Siegmann – 27ª VT de Porto Alegre/RS

**Técnica de Instrução de Processo do Trabalho (6h/aula)**

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga - TST

Juiz Ricardo Alencar Machado – Vice-Presidente do TRT da 10ª Região

Juíza Cilene Ferreira Amaro Santos – 14ª VT de Brasília/DF

**Laboratório Judicial (8h/aula) (foto)**

Juiz Giovanni Olsson – 2ª VT de Chapecó/SC/Membro do Conselho Consultivo da  
ENAMAT

Juiz Luiz Henrique Marques da Rocha – VT do Gama/DF

Juiz Ricardo Córdova Diniz – 3ª VT de Itajaí/SC

**Tecnologias Aplicadas à Magistratura do Trabalho (9h/aula)**

I – Sistema de Cálculo Rápido e Sistema de Audiências

Juiz Denilson Bandeira Coêlho – 4ª VT de Brasília/DF

II – Aspectos Gerais da Virtualização do Processo

Fernanda Brant de Moraes Londe – SETIN/TST

III – Estruturação e Utilização do Sistema BACEN JUD

Juiz Rubens Curado Silveira – VT de Guaraí/TO

Oromar José Novato – Banco Central do Brasil

IV – Tecnologias Aplicadas nas Sessões do TST

Ministro Carlos Alberto Reis de Paula – TST – Diretor da ENAMAT

**Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais (6h/aula)**

Juiz José Roberto Freire Pimenta – TRT  
da 3ª Região/Membro do Conselho  
Consultivo da ENAMAT

Professor Doutor Luís Roberto Barroso –  
Professor Titular de Direito Constitucional  
da UERJ

Doutor Carlos Bartolomei – Ministério da  
Saúde

**Lógica Jurídica (4h/aula)**

Ministro Milton de Moura França – Vice-  
Presidente do TST

Professor Doutor Paulo Roberto Soares  
Mendonça – PUC/RJ e Procurador do  
Município do Rio de Janeiro/RJ



**Psicologia e Comunicação (10h/aula)**

Ministro Gelson de Azevedo – Ministro  
 Aposentado do TST

Jornalista Adriane Werner Bara - PR

Psicóloga Regina Márcia Manicardi Vaz –  
 PE

**Técnica de Juízo Conciliatório (10h/  
 aula)**

Juiz Giovanni Olsson - 2ª VT de Chapecó/  
 SC/ Membro do Conselho Consultivo da  
 ENAMAT

Juíza Adriana Goulart de Sena - 35ª VT de  
 Belo Horizonte/MG

**Temas Contemporâneos de Direito (34h/  
 aula)**

I – Questões Controvertidas no Direito e  
 no Processo do Trabalho

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi -  
 TST e Membro do Conselho Consultivo da  
 ENAMAT (foto)

II – Aplicação de Normas da OIT no Direito Brasileiro

Ministro Lelio Bentes Corrêa - TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

III – Desafios do Combate ao Trabalho Infantil e Escravo

Doutor Luis Antonio Camargo de Melo – Subprocurador do MPT

IV – Flexibilização e Unicidade Sindical: Estudo Comparativo Brasil-Espanha

Ministro Renato de Lacerda Paiva - TST e Membro do Conselho Consultivo da  
 ENAMAT

V – Desafios da Execução no Processo do Trabalho

Juíza Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa - 2ª VT de Paulínia/SP

VI – Condutas Discriminatórias no Âmbito Trabalhista

Parte 1. **Mesa-redonda:** Aspectos Sócio-psicológicos da Discriminação Trabalhista: a  
 Prática Degradante (foto)

Psicóloga Regina Márcia Manicardi Vaz - Impactos da Discriminação no Sujeito

Ronaldo Tavares da Silva - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de  
 Deficiência - CONADE



Doutora Juscelina Nascimento – Chefe  
 de Gabinete da Presidência da Fundação  
 Palmares - Ministério da Cultura

Parte 2. **Aula expositiva:** Aspectos  
 jurídicos da Discriminação Trabalhista: a  
 Prova e a Reparação

Coordenador: Ministro Maurício Godinho  
 Delgado – TST

VII – **Mesa-redonda:** A Relação  
 Profissional entre os Operadores Jurídicos  
 na Justiça do Trabalho

Coordenadora: Ministra Maria de Assis  
 Calsing – TST

Juiz Claudio Mascarenhas Brandão – TRT da 5ª Região

Doutor Edson Braz da Silva –

Subprocurador-Geral do Trabalho

Doutor Marthius Savio Cavalcante Lobato

– Membro da Comissão Especial da Tecnologia da Informação do Conselho Federal da OAB

VIII – **Mesa-redonda:** Desafios e Possibilidades para a Efetividade da Jurisdição Trabalhista

Coordenador: Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires – TST

Participantes: Juiz Douglas Alencar Rodrigues – TRT da 10ª Região

Juíza Mônica Sette Lopes – 12ª VT de Belo Horizonte/MG

Juíza Substituta Audrey Choucair Vaz – TRT da 10ª Região

IX – **Mesa-redonda:** A Consolidação das Experiências da Magistratura (foto)

Coordenador: Ministro Antônio José de Barros Levenhagen – TST e Vice-Diretor da ENAMAT

Participantes: Ministra Dora Maria da Costa – TST

Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro – TST

Ministro Walmir Oliveira da Costa – TST

X – A Jurisprudência Consolidada do TST: Questionamentos

Ministro Decano Vantuil Abdala – TST

XI – Perspectiva Constitucional da Jurisdição Trabalhista

Juiz Paulo Henrique Blair de Oliveira – 17ª VT de Brasília/DF

XII – Cine Debate – O Julgamento de Nuremberg

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – TST



## ESTÁGIOS:

Sessão do Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF) – 4h/aula (foto)

Sessão do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho – (TST) – 2h/aula

Sessão da Seção de Dissídios Individuais 1 e 2 do Tribunal Superior do Trabalho – (TST) – 2h/aula

Sessão da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho – (TST) – 2h/aula

Sessão das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho – (TST) – 4h/aula

Sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) – 2h/aula

Visita à Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA – 2h/aula

Estudo – (TST) – 8h/aula

Cerimônia de Formatura (TST) – 2h/aula

**CARGA HORÁRIA TOTAL: 148h/aula**





### **21/05/2008 – Ministro Rider: Enamat trará excelência à Magistratura Trabalhista**

Citando o Ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Rider Nogueira de Brito, lembrou que toda vez que a burocracia Estatal funciona, como no caso do Itamaraty, das Forças Armadas ou da Fazenda Pública, é porque tem uma Escola por trás. “E é esse nível de excelência que esperamos da Magistratura Trabalhista Brasileira, com a atuação da Enamat”, disse ele, ao encerrar, no TST, o 5º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (foto).

O diretor da Enamat, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, enfatizou em seu discurso que a formação dos magistrados é uma das reformas centrais dos Sistemas de Justiça. Para ele, tal formação tem até mais relevo que uma reforma legislativa. “Estamos falando de quem vai ler e dizer o que é a própria lei, e, nessa leitura, vai dar significado ao próprio texto legislativo”, disse.

O ministro lembrou o professor português Boaventura de Sousa Santos, que afirma que na Alemanha não há nenhuma inovação legislativa sem que os juízes sejam submetidos a cursos de formação para poderem aplicar a nova lei. O pressuposto é que, se não houver uma formação específica, a lei obviamente não será bem aplicada. “Temos que formar os magistrados para a complexidade, para os novos desafios, para os novos riscos. Os magistrados, sobretudo as novas gerações, vão viver numa sociedade que combina uma aspiração democrática muito forte com uma consciência da desigualdade social igualmente forte. E, mais do que isso, uma consciência complexa, feita da dupla aspiração de igualdade e de respeito da diferença.”



Para o Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, a intenção do curso é ajudar na busca não só da competência na interpretação do direito, mas também na interpretação da realidade. “Quando muito, conhece-se bem o direito e a sua relação com os autos, mas não se conhece a relação dos autos com a realidade. Devemos aprender a espremer os processos até que eles destilem a sociedade, e revelem violações de direitos humanos, se estiverem presentes”, enfatizou.



Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Diretor da Enamat, recebe homenagem dos Alunos-Juízes formandos do 5º CFI



Conselheiro da Escola, Juiz Giovanni Olsson também é homenagenado pelos formandos



Ministro Carlos Alberto entrega certificado aos formandos do 5º CFI

## 6º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

De 3 a 28 de novembro de 2008



### PARTICIPANTES

49 Juízes do Trabalho Substitutos provenientes de 8 Tribunais Regionais do Trabalho:  
TRT 2ª Região (SP) 5 Magistrados – TRT 3ª Região (MG) 22 Magistrados – TRT 4ª  
Região (RS) 1 Magistrado - TRT 5ª Região (BA) 1 Magistrado – TRT 8ª Região (PA) 8  
Magistrados – TRT 11ª Região (AM/RR) 3 Magistrados – TRT 14ª Região (RO/AC) 6  
Magistrados – TRT 23ª Região (MT) 3 Magistrados

### Integração: 4h/aula





## **AULA INAUGURAL DO 6º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL (2h/aula)**

TEMA: *“As Prerrogativas da Magistratura e a Conduta Ética do Magistrado Espanhol”*  
D. Miguel Pasqual del Riquelme Herrero – Magistrado Espanhol



### **3/11/2008 – Questões éticas na Magistratura abrem o 6º Curso de Formação Inicial da Enamat**

“Que a Força esteja com vocês!”. Com a saudação que o personagem Obi-Wan Kenobi, da saga cinematográfica “Guerra nas Estrelas” usava para saudar seu discípulo Luke Skywalker, o Magistrado Espanhol D. Miguel Pasqual del Riquelme Herrero desejou sorte aos Alunos-Juizes do 6º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação de Magistrados do Trabalho (Enamat).

Com o Tema “As prerrogativas da Magistratura e a Conduta Ética do Magistrado Espanhol”, D. Miguel ressaltou que as preocupações com a ética têm aumentado nos últimos anos, “talvez pela falta de referências do mundo em que vivemos”, afirmou. Para o Magistrado, por causa dessa falta de referências, “às vezes parece que as atuais noções de bem e mal vêm de ‘Guerra nas Estrelas’”.

Para receber os 49 novos alunos da Enamat, estiveram presentes, além do Presidente e Vice-Presidente do TST, Ministros Rider Nogueira de Brito e Milton



D. Miguel Pasqual del Riquelme Herrero, Magistrado Espanhol, dá a aula inaugural do 6º CFI



Ministro Milton de Moura França, D. Miguel Pasqual del Riquelme Herrero e Ministro Carlos Alberto Reis de Paula

de Moura França, o Diretor da Escola, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, seu Vice-Diretor, Ministro Antônio José de Barros Levenhagen, membros do Conselho Consultivo, demais Ministros do TST, o Procurador Geral do Trabalho, Doutor Otávio Brito Lopes, e o presidente da Anamatra, Juiz Claudio José Montesso.

Em sua exposição, D. Miguel, do Juizado do Penal nº 2 de Murcia, Espanha (foto página anterior), ressaltou que a falta de referências tem gerado um esforço de pôr a ética em diversas esferas, inclusive incorporá-la ao mundo do consumo (como, por exemplo, é o caso das chamadas energias verdes, produtos solidários, produtos sem trabalho infantil), e, claro, às políticas públicas. No mundo jurídico, especificamente, tem havido, no entender do Magistrado, uma verdadeira “corrida”, em diversos países, para estabelecimento de códigos de ética para a magistratura.

Tal comportamento tem levado a questões tais como: “para que codificar, como codificar, quem deve codificar, e – no caso de sanções – quem e como se deve sancionar?”. De acordo com o Magistrado Espanhol, quanto à primeira indagação, é importante codificar “para provocar, gerar reflexão individual e coletiva sobre as exigências éticas às quais os

juízes têm que se submeter.” Além disso, as normas servem como um guia prático de atuação, tendem a aumentar a confiança da sociedade na magistratura e são especialmente importantes em tempos de crise institucional.

A codificação no judiciário tem sido feita, mundo afora, pelos próprios juízes, por seus órgãos de representação ou pelo governo – com participação do judiciário –; caso



Ministros do TST

contrário, não alcança seus objetivos, explicou D. Miguel. Codifica-se “com normas políticas, incorporando-se sanções às infrações”, disse ele, especialmente como fazem os norte-americanos, sul-americanos e italianos. De acordo com o Magistrado, outra forma seria a simples incorporação de valores éticos.

Na Espanha, por exemplo – que não tem um código de ética expresso para a magistratura, mas sim “recomendações” espalhadas por diversos códigos –, podem ser motivo de sanção decisões de juízes difusamente traçadas ou expressões desnecessárias, extravagantes ou claramente ofensivas, “desatinadas”. Nesse país, a competência para sancionar magistrados é em geral do *Consejo General del Poder Judicial*, um órgão constitucional, que tem representantes eleitos pelo judiciário e pelo legislativo.

Como estudioso do tema, D. Miguel Pasqual apresentou quatro “humildes sugestões” para regular a ética judicial: regulamentar o disciplinamento dentro do Estatuto do Juiz, citando as infrações profissionais e infrações éticas, dentro de princípios constitucionais; aprovar um Código de Ética que reconheça os princípios e valores éticos do juiz, estabelecendo guias de comportamento e boas práticas, mas sem incluir sanções; criar uma comissão de consultas éticas que resolva as dúvidas e avalie, sem sanções, de forma abstrata, o comportamento dos juízes; publicar anualmente uma compilação sistematizada e analítica das normas éticas e decisões dos órgãos encarregados do disciplinamento, e também da resolução das consultas formuladas (conforme recomendado pela Comissão Superior de Magistratura da França).

Após o final da aula, o Diretor da Enamat, Ministro Carlos Alberto, agradeceu o integral apoio recebido pela Escola durante a gestão do presidente do TST, Ministro Rider, lembrando que este será certamente o último Curso de Formação Inicial da Escola sob sua presidência. Já o Ministro Rider, ao se despedir, aconselhou os novos juízes a ser “menos bacharéis em Direito e mais magistrados”, e a seguir sempre a ética.

## DISCIPLINAS E PROFESSORES

### **Administração Judiciária (6h/aula)**

Juiz Ricardo Fioreze – VT de Encantado/RS

Cláudio Luís Gonçalves Garcia – Diretor de Secretaria da 13ª VT de Brasília/DF

### **Deontologia Jurídica (11h/aula)**

Ministro João Oreste Dalazen –

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Ives Gandra da Silva Martins

Filho – TST

Professor Doutor Dalmo de Abreu Dallari –

USP (foto)

**Mesa-redonda:** A relação profissional entre os operadores jurídicos na Justiça do Trabalho

Coordenador: Ministro Emmanoel Pereira

– TST



Participantes: Juiz Marco Antônio de Freitas – Diretor de Direitos e Prerrogativas da ANAMATRA

Procurador Regional do Trabalho José Cláudio Monteiro de Brito Filho – MPT / PA

Doutor Cláudio Santos da Silva – Representante da OAB

**Linguagem Jurídica (8h/aula)**

Professor Doutor Adalberto José Kaspary – UFRGS

Professor Doutor Leonardo J. Teixeira – FGV

**Sistema Judiciário (6h/aula)**

Juiz Antonio Umberto de Souza Junior – 6ª VT de Brasília/DF - CNJ

Juiz Roberto Teixeira Siegmann – 27ª VT de Porto Alegre/RS

Juiz Luciano Athayde Chaves – VT de Assu/RN

**Técnica de Instrução Trabalhista (4h/aula)**

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga - TST

Juiz Ricardo Alencar Machado – Vice-Presidente do TRT da 10ª Região

**Laboratório Judicial (10h/aula)**

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho – TST

Oficina de Instrução Processual

Juiz Giovanni Olsson – 2ª VT de Chapecó/SC e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

Juiz Ricardo Córdova Diniz – 3ª VT de Itajaí/SC

Juíza Cilene Ferreira Amaro Santos – 14ª VT de Brasília/DF

Oficina de Gestão Processual

Juiz Ricardo Fioreze – VT de Encantado/RS

Oficina de Decisão Processual

Juíza Elke Doris Just – 21ª VT de Brasília/DF

**Tecnologias Aplicadas à Magistratura (7h/aula)**

Ministro Carlos Alberto Reis de Paula – TST – Diretor da ENAMAT (foto)

Juiz Denilson Bandeira Coelho – 4ª VT de Brasília/DF

Comissão de Avaliação dos Projetos de Informática da Justiça do Trabalho – CAPI/CSJT

**Mesa-redonda:** Os convênios Interinstitucionais e a Efetividade da Jurisdição (foto)

Coordenador: Ministro Márcio Eurico

Vitral Amaro – TST

Participantes: Juiz Rubens Curado

Silveira – VT de Guaraí/TO – CNJ

Juiz Denilson Bandeira Coelho – 4ª VT de Brasília/DF

**Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais (4h/aula)**

Juiz José Roberto Freire Pimenta – TRT da 3ª Região e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT



Professor Doutor Luís Roberto Barroso –  
Professor Titular de Direito Constitucional  
da UERJ

**Técnica de Decisão Judicial (4h/aula)**

Ministro Milton de Moura França – Vice-  
Presidente do TST

Juíza Martha Halfeld Furtado de  
Mendonça Schmidt – 3ª VT de Juiz de  
Fora/MG

**Psicologia Judicial Aplicada (7h/aula)**

Ministro Gelson de Azevedo – Ministro Aposentado do TST

Psicóloga Regina Márcia Manicardi Vaz – PE

**Técnica de Juízo Conciliatório (10h/aula) (foto)**

Juiz Giovanni Olsson - 2ª VT de Chapecó/SC e Membro do Conselho Consultivo da  
ENAMAT

Juíza Adriana Goulart de Sena - 35ª VT de Belo Horizonte/MG

**Técnica de Execução Trabalhista (4h/aula)**

Juiz José Aparecido dos Santos – 17ª VT de Curitiba/PR

Juíza Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa – 2ª VT de Paulínia/SP

**Morfologia do Trabalho e da Produção (3h/aula)**

Professor Doutor Giovanni Antônio Pinto Alves – UNESP

**Relacionamento com a Sociedade e a Mídia (6h/aula)**

**Mesa-redonda:** O Magistrado e os Meios de Comunicação Social

Coordenador: Ministro Guilherme Caputo Bastos – TST

Participantes: Renato Parente – Secretário de Comunicação Social do STF

Madeleine Rose Déa Maria de Freitas Lacsko – Coordenadora da Rádio Justiça do  
STF

**Mesa-redonda:** O Magistrado e os Atores Sociais: o Juiz-cidadão e o Cidadão-juiz  
(Foto)

Coordenadora: Ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa – TST

Participantes: Juíza Noêmia Aparecida Garcia Porto – 2ª VT de Araguaína/TO

Juiz Márcio Túlio Viana – Belo Horizonte/MG

**Temas Contemporâneos de Direito (19h/aula)**

I – Questões Controvertidas no Direito e no Processo do Trabalho

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi – TST e Membro do Conselho Consultivo da  
ENAMAT

II – Aplicação de Normas da OIT no  
Direito Brasileiro

Ministro Lelio Bentes Corrêa – TST e  
Membro do Conselho Consultivo da  
ENAMAT

III – Desafios do Combate ao Trabalho  
Infantil e Escravo

Doutor Luis Antonio Camargo de Melo –  
Subprocurador do MPT

Coordenador: Juiz Márcio Túlio Viana –  
Belo Horizonte/MG





Participantes: Doutora Eliane Borges da Silva – Chefe de Gabinete da Fundação Cultural Palmares

Doutor Márcio Castro de Aguiar – Conselheiro Titular do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE

Doutora Regina Márcia Manicardi Vaz – Psicóloga

Parte 02. Aspectos Jurídicos da Discriminação Trabalhista: a Prova e a Reparação (aula expositiva)

Juiz Márcio Túlio Viana – Belo Horizonte/MG

V – **Mesa-redonda:** A Consolidação das Experiências da Magistratura (foto)

Coordenador: Ministro Antônio José de Barros Levenhagen – TST e Vice-Diretor da ENAMAT

Participantes: Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus – TST

Ministro Fernando Eizo Ono – TST

Ministra Kátia Magalhães Arruda – TST

VI – A Jurisprudência Consolidada do TST: Questionamentos

Ministro Decano Vantuil Abdala – TST

VII – **Mesa-redonda:** O Direito Sanitário e o Trabalhador: a Saúde no Meio-Ambiente do Trabalho e a Prática Judicial (foto)

Coordenador: Ministro João Batista Brito Pereira – TST

Participantes: Juiz Paulo Henrique Blair de Oliveira – TRT da 10ª Região

Doutor Carlos Bartolomei – Ministério da Saúde

Dr. Márcio Moreira Salles – Médico Perito em Brasília



## **ESTÁGIOS:**

Sessão do Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF) – 4h/aula

Sessão do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho – (TST) – 2h/aula

Sessão da Seção de Dissídios Individuais 1 e 2 do Tribunal Superior do Trabalho – (TST) – 2h/aula

Sessão da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho – (TST) – 2h/aula

Sessão das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho – (TST) – 4h/aula

Sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) – 2h/aula

Visita à Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA – 2h/aula

Estudo – (TST) – 9h/aula

Cerimônia de Formatura (TST) – 2h/aula

**CARGA HORÁRIA TOTAL: 144h/aula**



### **28/11/2008 – Ministro Moura França saúda formandos da Enamat**

“O sucesso não vem por si só, temos que fazer jus a ele, que está ligado aos cuidados de planejamento e execução para uma obra sólida e duradoura. O curso que vocês ora terminam teve por objetivo ajudá-los a alcançá-lo, por meio de aulas, debates, visitas. Mas é preciso segui-lo com eficiência e determinação. Para ser um bom juiz é preciso seguir adiante, e manter o respeito da norma, manter, entre outros atributos, a coerência na resolução dos conflitos. Sigam em frente e Deus ilumine a todos em tudo nas suas

vidas”. Dessa forma o Vice-Presidente do TST no exercício da Presidência, Ministro Milton de Moura França, saudou os 49 juízes formandos do 6º Curso de Formação Inicial da Enamat, em sua cerimônia de formatura, no Tribunal Pleno do TST.



Já o Diretor da Enamat, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula (foto), ressaltou o fato de a Escola ter, na sexta edição do Curso de Formação Inicial, continuado a dar ênfase às técnicas e procedimentos, mantendo a preocupação com o dia-a-dia da magistratura. Foi implantado o sistema de discussão com vários debatedores, que compareceram com seu testemunho e experiências, e não apenas com conhecimento teórico, pois, ressaltou o diretor da Escola, “com a aprovação no concurso, todos já se qualificaram juridicamente para o exercício da magistratura. O que queremos ajudar é na busca não só da competência na interpretação do direito, mas também da competência na interpretação da realidade”.

Neste sentido, ressaltou o Ministro, o juiz não é apenas um técnico em direito, mas um “Juizcidadão, sem hífen, como nos ensinou Márcio Túlio Viana”, disse. “Assim, detém parcela do Poder Estatal, e como tal deve estar voltado à sua missão pública de serviço à sociedade e, cidadão, é convidado a participar da vida em sociedade, no sentido de influenciar, juntamente com o prestígio do seu cargo, no mesmo processo de

transformação”. Finalizando, o Diretor da Enamat ressaltou que o corpo docente da Escola se sentirá gratificado se tiver criado nos alunos “a inquietude, a consciência da necessidade da busca continuada de conhecimentos, de novos caminhos para o aperfeiçoamento e o aprimoramento da prestação jurisdicional, com a certeza de que a magistratura é, fundamentalmente, um serviço, indispensável para a afirmação da cidadania”.







Representando os demais 49 colegas, de 8 regiões, o Juiz do Trabalho Substituto da 3ª Região (Minas Gerais) Cácio Oliveira Manoel ressaltou em seu discurso o fato de, nas últimas quatro semanas, os Alunos-Juízes terem podido refletir acerca de seu papel na sociedade e sobre esse novo perfil do magistrado trabalhista, “acumulando conhecimentos, troca de experiências e, principalmente, constatando que nesse processo de formação ainda temos muito que aprender”. De acordo com ele, o Magistrado Trabalhista, atualmente, deve se preocupar com todas as transformações sociais que repercutem diretamente na

realidade do direito do trabalho, “não se limitando tão somente às questões processuais e formais, pois a dinâmica social interfere nas relações capital-trabalho, e o Juiz não pode estar alheio a tal fato. Cultura geral, conhecimento do mundo e bom senso devem pautar as condutas do magistrado”.

Em tal contexto, a Enamat “reflete todas essas posturas e possibilita ao Aluno-Juiz uma imersão na realidade prática da magistratura, enfocando os pontos mais relevantes e garantindo, assim, uma formação do Magistrado que atenda aos clamores sociais contemporâneos”, afirmou. Cácio ressaltou que os juizes formandos têm a noção de que o CFI é apenas de formação, “e que o aperfeiçoamento contínuo e permanente é um novo paradigma do magistrado”.



## 03 - FORMAÇÃO DE FORMADORES

### 1º CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES EM EXECUÇÃO TRABALHISTA EM VARA DO TRABALHO

2 A 5 DE JUNHO DE 2008



#### **02/06/2008 – Execução é parte conclusiva da prestação jurisdicional, afirma o Diretor da Enamat, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula**

Historicamente, as estatísticas da Justiça do Trabalho fixam a produtividade dos magistrados pelo número de processos conhecidos. É preciso mudar isso, e fazer com que a Justiça do Trabalho cumpra sua missão estabelecida na Emenda Constitucional nº 45 de oferecer, num tempo razoável, a prestação jurisdicional completa, com a satisfação dos créditos reconhecidos. Este foi o alerta feito pelo ministro Carlos Alberto Reis de Paula, diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), na abertura do 1º Curso de Formação de Formadores (CFF) sobre o tema Execução Trabalhista em Vara do Trabalho, na sede da Escola, no Tribunal Superior do Trabalho. A solenidade de abertura contou ainda com a presença do Vice-Presidente do TST, Ministro Milton de Moura França, e o Vice-Diretor da Enamat, Ministro Antônio José de Barros Levenhagen (foto).

O curso teve como alunos dois Juízes do Trabalho de cada Tribunal Regional, indicados pelos respectivos TRTs ou Escolas Judiciais. Após o treinamento, num prazo máximo de quatro meses, os novos instrutores voltarão a suas regiões e estabelecerão, junto com seus Tribunais ou Escolas, cronograma para implantação de curso-piloto nas Regiões que os indicaram para o CFF da Enamat.

O diretor da Enamat lembrou aos Alunos-Magistrados que eles serão os multiplicadores da preocupação de “quebrar a cultura de que basta dizer o direito, e não efetivar o direito”, como tem acontecido com a fase de execução que, de acordo com ele, vinha sendo

relegada, com essa postura, a um segundo plano, apesar dos esforços que a própria Justiça do Trabalho já está fazendo para facilitar o procedimento em nível tecnológico, há alguns anos. De acordo com estatísticas de 2007, existem cerca de 2 milhões de processos em fase de execução na Justiça do Trabalho. O Ministro ressaltou o fato de a formação permanente dos juízes ser o alicerce da “nova Justiça do Trabalho” que vem sendo construída.

Em acordo com o diretor da Enamat, o vice-presidente do TST, Ministro Milton de Moura França, ressaltou que “se não tivermos uma boa condução na execução, não só frustramos o credor, como trazemos desprestígio à Justiça do Trabalho. E para uma boa condução, o magistrado precisa ter controle da situação e tomar todas as cautelas necessárias para que o processo seja bem conduzido, pois sua atuação vai refletir naquela comunidade, na sociedade e, muitas vezes, no próprio País”.



## **PÚBLICO-ALVO**

Esse Curso, realizado na ENAMAT, em Brasília-DF, de 02 a 05 de junho de 2008, teve como público **02 (dois) Magistrados do Trabalho de cada Região do País, indicados pelos respectivos Tribunais Regionais do Trabalho ou Escolas Judiciais**, preferentemente dentre Juízes de Primeiro Grau e com experiência de docência de ensino superior e/ou de atividades de coordenação e docência em Escolas de Magistratura, em face do seu objetivo de capacitar multiplicadores para o ensino das técnicas relacionadas à efetividade da execução nas Regiões respectivas. A indicação de Magistrados para participarem desse Curso de Formação de Formadores pressupôs o compromisso da Escola ou Tribunal respectivo de promover, no prazo máximo de 120 dias, curso-piloto de formação continuada de módulo regional sobre o tema da efetividade da execução trabalhista no âmbito das Regiões.

## **OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS**

Formar formadores (instrutores) na teoria e na prática da execução trabalhista em Vara do Trabalho, enfatizada nas práticas de primeira instância, frente à acentuada preponderância dessas execuções sobre as de segundo e terceiro graus, estabelecendo cronograma para implantação de curso-piloto nas Regiões que indicarem Alunos-Juízes para o Curso.

Esse objetivo geral teve como pressupostos outros objetivos específicos, como o estudo da efetividade e da sistematização da execução nas suas fases de liquidação, garantia e expropriação, com seus incidentes e peculiaridades, e as técnicas de ensino aplicadas à execução trabalhista (enfoque teórico-prático).

## **ESTRUTURA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

O Curso foi estruturado em **28 horas-aula**, divididas em **seis módulos teórico-práticos** para o desenvolvimento do tema.

Os métodos e técnicas de ensino adotados foram diversificados, envolvendo preponderantemente painéis e mesas-redondas, além de aulas expositivas, dinâmicas de grupo, estudos de caso e oficinas. Nos painéis e mesas-redondas, foi prevista a exposição de professores sobre tópicos específicos, com debate e interação com os alunos. Nas aulas expositivas, e considerando o enfoque teórico e o tempo restrito, foi privilegiada a exposição dos conteúdos pelo professor, sem prejuízo das intervenções em aula dos alunos e sua participação. Nas dinâmicas de grupo, buscou-se o estímulo para a fixação do conteúdo com a participação efetiva dos alunos, considerando as peculiaridades de tempo restrito e a estrutura seqüencial do Curso. Nos estudos de caso, a preocupação central foram os debates e as trocas de experiências entre os Magistrados, com base no exame de gravações de vídeo de emprego das técnicas em casos reais. Nas oficinas, os alunos tiveram a oportunidade de desenvolver as habilidades práticas para a multiplicação das técnicas nas regiões respectivas, com a ênfase no *know-how* já existente na formação de Magistrados em execução trabalhista.

Em essência, o Curso pretendeu valorizar a capacidade do Aluno-Juiz de transposição dos conhecimentos teóricos para sua aplicação cotidiana, com ênfase no seu potencial de multiplicação para outros Magistrados nas respectivas regiões. É fundamental, a fim de assegurar o debate e o aporte de elementos teóricos diferenciados, a alternância de professores entre os módulos, com integração de perspectivas de Magistrados e outros operadores jurídicos mais atuantes no processo de execução (Leiloeiros, Procuradores da Fazenda Nacional, etc.).

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

### **Módulo 01**

#### **Efetividade e sistematização da execução**

Conteúdo: A efetividade da execução na visão dos operadores; a administração da execução: as experiências de Juízos e Secretarias de Execução e a especialização de Servidores e procedimentos para a execução nas Varas.

Carga horária: 04 horas-aula (mesa-redonda, aulas expositivas e dinâmica de grupo)

### **Módulo 02**

#### **Questões da liquidação**

Conteúdo: A dinâmica da quantificação do débito: a sentença líquida e a otimização dos procedimentos de liquidação; a efetividade da execução trabalhista diante de verbas previdenciárias e fiscais.

Carga horária: 04 horas-aula (mesa-redonda, aulas expositivas e dinâmica de grupo)

### **Módulo 03**

#### **Questões da garantia da execução**

Conteúdo: Os convênios interinstitucionais como instrumentos de efetividade: Bacenjud, Renajud e Infojud; dinâmica dos incidentes em execução na fase de garantia e sua otimização (impugnação dos credores trabalhista e previdenciário e embargos do devedor e de terceiros).

Carga horária: 04 horas-aula (mesa-redonda, aulas expositivas e dinâmica de grupo)

### **Módulo 04**

#### **Questões da expropriação e do pagamento**

Conteúdo: A efetividade na alienação: prática dos leilões e processamento de incidentes na expropriação (embargos à expropriação e de terceiros); a efetividade na execução da Fazenda Pública: precatórios e requisições de pequeno valor.

Carga horária: 04 horas-aula (mesa-redonda, aulas expositivas e dinâmica de grupo)

### **Módulo 05**

#### **Conciliação em execução**

Conteúdo: Importância e papel da conciliação no Processo de Execução (proatividade e efetividade); limites e questões éticas da conciliação judicial trabalhista; técnicas de conciliação judicial trabalhista em execução; prática da conciliação judicial trabalhista (estudo de casos).

Carga horária: 04 horas-aula (aulas expositivas, dinâmica de grupo e estudo de casos)

### **Módulo 06**

#### **Metodologia do ensino de execução trabalhista (teoria e prática)**

Conteúdo: Escolas pedagógicas (Construtivismo e Behaviorismo); habilidades do formador; esquema pedagógico: métodos, práticas e recursos de formação profissional; perfil profissional; competências gerais e específicas e conhecimentos necessários; aplicação de técnicas para formação na execução trabalhista.

Carga horária: 08 horas-aula (aulas expositivas, dinâmica de grupo e leitura de textos indicados), divididas em 04 horas-aula de parte geral (técnicas de ensino na formação de Magistrados) e 04 horas-aula de parte específica (formação de Magistrados em execução trabalhista)



**(06) CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

<b>DIA 02.06.08 - 2ª-feira</b>	
(Local: ENAMAT)	
14 horas	Abertura: Direção da ENAMAT
14h20min	<b>1. EFETIVIDADE E SISTEMATIZAÇÃO DA EXECUÇÃO</b>  1.1 - A Efetividade da Execução na Visão dos Operadores  Coordenador: Ministro Walmir Oliveira da Costa - TST Participantes: Juiz José Murilo de Moraes (TRT da 3ª Região) Doutor Nilton da Silva Correia – Advogado Trabalhista Doutor Jorge Renato Montandon Saraiva – Procurador do Trabalho da PRT 6ª Região/PE Metodologia: Mesa-redonda - exposição de 15 min de cada participante seguida de debates.
16 horas	Coffee-break
16h30min	1.2 - A Administração da Execução: as experiências de Juízos e Secretarias de Execução e a especialização de Servidores e procedimentos para a execução nas Varas  Coordenador: Ministro Fernando Eizo Ono - TST Participantes: Juiz Arion Mazurkevic (TRT da 9ª Região) Juiz Edilton Meireles (34ª VT de Salvador/BA) Juiz Luciano Athayde Chaves (VT de Assú/RN) Metodologia: Mesa-redonda - exposição de 15 min de cada participante seguida de debates.
18h10min	Encerramento



<b>DIA 03.06.08 - 3ª-feira</b>	
09 horas	<p><b>2. QUESTÕES DA LIQUIDAÇÃO</b></p> <p>2.1 - A Dinâmica da Quantificação do Débito: a Sentença Líquida e a Otimização dos Procedimentos de Liquidação</p> <p>Coordenador: Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho - TST Participantes: Juiz Ivan da Costa Alemão (5ª VT de Niterói/RJ) Juiz Júlio César Bebber (2ª VT de Campo Grande/MS) Juiza Elke Doris Just (21ª VT de Brasília/DF) Metodologia: Mesa-redonda - exposição de 15 min de cada participante seguida de debates</p>
10h40min	Coffee-break
11h10min	<p>2.2 - A Otimização da Execução Trabalhista diante de Verbas Previdenciárias e Fiscais</p> <p>Coordenador: Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi - TST Participantes: Procuradora Ticiane Lopes Pontes (Procuradora Federal/DF) Juiza Maria Inês Corrêa de C. C. Targa (2ª VT de Paulínia/SP) Juiz Antônio Umberto de Souza Junior (6ª VT de Brasília/DF e CNJ) Metodologia: Mesa-redonda - exposição de 15 min de cada participante seguida de debates.</p>
12h50min	Almoço
14h20min	<p><b>3. QUESTÕES DA GARANTIA DA EXECUÇÃO</b></p> <p>3.1 - Os Convênios Interinstitucionais como Instrumentos de Efetividade: Bacenjud, Infojud e Renajud</p> <p>Coordenador: Ministra Kátia Magalhães Arruda - TST Participantes: Juiz Rubens Curado Silveira (VT de Guarai/TO) Juiz Denilson Bandeira Coelho (4ª VT de Brasília/DF) Metodologia: Mesa-redonda - exposição de 15 min de cada participante seguida de debates</p>
16 horas	Coffee-break
16h30min	<p>3.2 - Dinâmica dos Incidentes em Execução: Processamento Otimizado de Embargos do Devedor e de Terceiros e Impugnações</p> <p>Coordenador: Ministro Antônio José de Barros Levenhagen Participantes: Juiz José Murilo de Moraes (TRT da 3ª Região)</p>

	Juiz Ricardo Hofmeister de A. Martins Costa (2ª VT de Gramado/RS) Juiz Rogério Neiva Pinheiro (Juiz-Substituto – TRT da 10ª Região) Metodologia: Mesa-redonda - exposição de 15 min de cada participante seguida de debates
18h10min	Encerramento





<b>DIA 04.06.08 - 4ª-feira</b>	
09 horas	<p><b>4. QUESTÕES DA EXPROPRIAÇÃO E DO PAGAMENTO</b></p> <p>4.1 - A Efetividade na Alienação: a prática dos leilões e o processamento de incidentes na expropriação</p> <p>Coordenador: Juiz José Murilo de Moraes (TRT da 3ª Região) Participantes: Juiz Luis Fernando Carvalho (Juiz-Substituto - TRT da 19ª Região) Juíza Maria de Nazaré Medeiros Rocha (7ª VT de Belém/PA) Leiloeiro Oficial Paulo Henrique de Almeida Tolentino (Brasília) Metodologia: Mesa-redonda - exposição de 15 min de cada participante seguida de debates.</p>
10h40min	Coffee-break
11h10min	<p>4.2 - A Efetividade na Execução da Fazenda Pública: Precatórios e Pequeno Valor</p> <p>Coordenador: Juiz José Murilo de Moraes (TRT da 3ª Região) Participantes: Juiz José Aparecido dos Santos (17ª VT de Curitiba/PR) Juiz Rui Barbosa de C. Santos (Juiz-Substituto - TRT da 14ª Região) Juiz Marcos Alberto dos Reis (Juiz-Substituto - TRT da 10ª Região) Metodologia: Mesa-redonda - exposição de 15 min de cada participante seguida de debates.</p>
12h50min	Almoço
14h20min	<p><b>5. CONCILIAÇÃO EM EXECUÇÃO</b></p> <p>5.1 - Papel das Audiências de Conciliação em Execução</p> <p>Ministrantes: Juiz Giovanni Olsson (2ª VT de Chapecó/SC) Juíza Adriana Goulart de Sena (35ª VT de Belo Horizonte/MG) Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo.</p>
16 horas	Coffee-break
16h30min	<p>5.2 - Técnicas de Conciliação em Execução</p> <p>Ministrantes: Juiz Giovanni Olsson (2ª VT de Chapecó/SC) Juíza Adriana Goulart de Sena (35ª VT de Belo Horizonte/MG) Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo.</p>
18h10min	Encerramento

<b>DIA 05.06.08 - 5ª-feira</b>	
09 horas	<b>6. METODOLOGIA DO ENSINO DE EXECUÇÃO</b>  6.1 - Técnicas de Ensino na Formação de Magistrados  Ministrantes: Doutora Fernanda Brito Pereira - Pedagoga Juíza Graça Maria Borges de Freitas (VT de Formiga/MG) Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo.
10h40min	Coffee-break
11h10min	6.1 - Técnicas de Ensino na Formação de Magistrados  (continuação)
12h50min	Almoço
14h20min	6.2 - A Formação em Execução Trabalhista (prática específica)  Ministrantes: Juíza Graça Maria Borges de Freitas (VT de Formiga/MG) Juíza Adriana Goulart de Sena (35ª VT de Belo Horizonte/MG) Juíza Maria Inês Corrêa de C. C. Targa (2ª VT de Paulínia/SP) Metodologia: estudo de caso, simulação e dinâmicas de grupo
16 horas	Coffee-break
16h30min	6.3 - A Formação em Execução Trabalhista (prática específica)  (continuação)
18h10min	Encerramento

### **06/06/2008 - Diretor da Enamat encerra curso sobre Execução Trabalhista**

“À medida que colocamos interrogações e pusemos a execução trabalhista como um desafio a ser enfrentado, nós da Enamat nos damos por satisfeitos. A Escola vem sendo construída com os juízes, não só para os juízes. Queremos ajudar a sistematizar a formação dos magistrados nos 24 Regionais. A Enamat não é uma escola que veio apenas para ensinar, mas para congregar, crescer com os magistrados, ajudá-los a construir uma Justiça do Trabalho adequada aos dias de hoje. Voltem para seus Regionais e assentem, com seus colegas de 1º grau, a forma de caminhar com a execução em cada TRT, com suas particularidades, desafios e propriedades”.

Dessa forma o ministro Carlos Alberto Reis de Paula (foto), diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), encerrou, no dia 5 de junho, o 1º Curso de Formação de Formadores (CFF) sobre o tema Execução Trabalhista em Vara do Trabalho, na sede da Escola, no Tribunal Superior do Trabalho. O curso, que reuniu 47 juízes de todos os 24 Tribunais Regionais, foi realizado de 2 a 5 de junho. Foi o segundo curso de formação de formadores promovido pela escola. O primeiro, sobre Técnicas de Juízo Conciliatório, foi realizado há um ano.

O diretor da Enamat ressaltou ainda que a Escola não preparou o treinamento sobre execução trabalhista em Varas do Trabalho “para alcançar certezas, para assentar pontos em comum. Queríamos provocar um choque, despertar sobre a necessidade de tirarmos a execução da mesa do diretor e trazê-la para dentro de nossas atividades”. De acordo com ele, a idéia é ajudar o juiz a redescobrir a execução “como uma fase imprescindível para efetivar sua atuação como magistrado. Partindo desse impacto, queríamos partilhar experiências, para que a partir de agora vocês nos ajudem a construir essa mudança.”

Em sua volta aos TRTs de origem, num prazo máximo de quatro meses, os novos instrutores deverão estabelecer, junto com seus Tribunais ou Escolas Judiciais, cronograma para implantação de curso-piloto nas Regiões que os indicaram para o CFF da Enamat.



Diretor da Enamat, Ministro  
Carlos Alberto Reis de Paula

## 04 - OUTROS EVENTOS

### 2ª REUNIÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO – SIFMT

23 e 24 de Outubro de 2008



#### **23/10/2008 – Ministro Carlos Alberto, Diretor da ENAMAT: “Sistema Integrado de Formação de Magistrados tem rendido frutos”**

Ressaltando que há pouco mais de um ano eram apenas 16 escolas judiciais, e hoje são 24, instaladas em todos os TRTs, como determina o Estatuto da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), o diretor da Escola, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, abriu a 2ª Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT), realizada na Enamat, no TST (foto). Além da direção, do conselho consultivo da Enamat e dos diretores das escolas judiciais, estiveram presentes representantes do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra).

O diretor da Enamat ressaltou que a intenção maior da Escola é que haja uma interação cada vez maior entre a Enamat e as Escolas Regionais, e delas entre si. “A Escola Nacional não quer centralizar, mas integrar, ser ponto de convergência, ter o papel de coordenadora do Sistema”, explicou. O Ministro lembrou ainda que o 1º encontro do SIFMT foi tão

importante que até hoje está rendendo frutos, tais como a Resolução 0001/2008 (que estabelece os parâmetros mínimos para o módulo regional da formação inicial em todo o País), e os cursos de formação de formadores em Técnica de Juízo Conciliatório e sobre Execução Trabalhista em Vara do Trabalho, realizados no ano passado e neste ano.

O diretor da Enamat fez relato das atividades da Escola no ano passado e neste. Em seguida, o Juiz Giovanni Olsson, Conselheiro da Enamat, apresentou o Programa Nacional de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho, que traça um painel do novo momento socioeconômico em que está inserida a magistratura e, portanto, o novo tipo de magistrado que a sociedade deseja, e qual deve ser sua formação, com uma ênfase cada vez menor no saber meramente jurídico, para um entendimento mais completo da realidade, nos seus aspectos sociais, econômicos, psicológicos etc. Uma visão transdisciplinar, em resumo, afirmou o juiz Giovanni.

Durante sua análise da realidade das escolas judiciais na formação de magistrados, a presidente do Conematra, Juíza Graça Maria Borges Freitas, destacou a atuação da Enamat como “talvez única no mundo no momento, de respeito a autonomia local mas com unidade nacional, um processo dialogado desde o início, que tem resultado na elaboração de princípios de formação dos juízes com uma base constitucional sólida”.

Para ela, da forma como o sistema de formação de magistrados do trabalho tem sido implementado, é possível haver uma articulação horizontal entre a Enamat e as Escolas Regionais, que tem mão dupla, pois há uma enorme diversidade, a ser mantida. De acordo com a presidente do Conematra, a diversidade “vai manter a sementinha do novo, que pode se espalhar pelo sistema, germinando vertical e horizontalmente, gerando inovações”.

Em seguida, os diretores das escolas regionais apresentaram uma exposição sintética de suas análises do atual modelo de formação de formadores e sua multiplicação nas regiões, da implantação da resolução 0001/2008 (que estabelece os parâmetros mínimos para o módulo regional da formação inicial em todo o País), e de projetos pedagógicos regionais. No dia seguinte, foram realizadas oficinas de boas práticas formativas, com relatos pelas escolas judiciais de experiências nas áreas de estruturação normativa e administrativa, e de técnicas de ensino presencial e a distância.



## 2ª Reunião do SIFMT

**Local:** Auditório da ENAMAT (5º andar do Bloco A do TST, em Brasília-DF)

**Data:** 23 e 24 de outubro de 2008

**Presenças:** Direção da ENAMAT

Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT

Um Representante do CONEMATRA

Um Representante de cada Escola Judicial de Magistratura do Trabalho

### PROGRAMAÇÃO

<b>DIA 23.10.2008 (quinta-feira)</b>	
13h30min	Abertura - Direção da ENAMAT - Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT - Representante do CONEMATRA
13h50min	Relatório de Atividades da ENAMAT – 2007 - Ministro-Diretor da ENAMAT
14h20min	Apresentação do Programa Nacional de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho - Ministro-Diretor da ENAMAT
15 horas	Avaliação do CONEMATRA sobre a realidade das Escolas Judiciais na Formação de Magistrados - Exposição de Representante do CONEMATRA
15h30min	Coffee-break
16 horas	Diagnóstico das Escolas Regionais sobre a Formação de seus Formadores pela ENAMAT: análise do atual modelo e multiplicação nas Regiões - <b>Exposição sintética pelas Escolas Regionais</b>
16h45min	Diagnóstico das Escolas Regionais sobre a Formação Inicial no Módulo Regional: análise da implantação da Resolução n. 01/2008 e projetos pedagógicos Regionais - <b>Exposição sintética pelas Escolas Regionais</b>
17h30min	Debates
18h10min	Encerramento

<b>DIA 24.10.2008 (sexta-feira)</b>	
08h30min	Oficina de boas-práticas formativas – relato pelas Escolas de suas experiências e propostas em duas oficinas. I – Estruturação normativa e administrativa de Escolas Judiciais: experiências exitosas; II – Técnicas de ensino presencial e a distância: diagnósticos das práticas regionais. Coordenação: Direção da ENAMAT/ Relatoria em cada Oficina
10h30min	Coffee-break
11 horas	Apresentação, pelas Relatorias das Oficinas, das experiências e propostas de boas-práticas formativas, debate e consolidação de propostas. Coordenação: Direção da ENAMAT
12h30min	Encerramento



## **2ª REUNIÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO - SIFMT**

### **OFICINA DE BOAS-PRÁTICAS FORMATIVAS – SÍNTESE**

#### **1ª REGIÃO**

- 1) A Escola deve ter instalações próprias, adequadas e quadro de servidores próprio;
- 2) O Diretor da Escola é eleito pelo Pleno e age como administrador, com a autonomia correspondente à natureza da função;
- 3) A Escola não deve abrir mão da sua competência pedagógica nas atividades;
- 4) Todas as atividades e processos relacionados à promoção, acesso, remoção, vitaliciamento e outros, exigem a participação da Escola. O Diretor é membro nato da comissão de vitaliciamento;
- 5) A realização dos cursos de formação é atividade institucional e obrigatória ao juiz;
- 6) É possível a retribuição de formadores e a realização de atividades de formação em horário diurno, tendo sido reservados dois dias da semana para tal fim (quartas e sextas-feiras no período vespertino).

#### **2ª REGIÃO**

- 1) A estrutura da Escola comporta núcleo de pesquisa e núcleo de ensino, com a participação de juízes que estiveram em afastamento para qualificação. O estatuto foi aprovado pelo Tribunal Pleno;
- 2) A Escola possui corpo docente permanente;
- 3) Os professores convidados e instrutores são remunerados por tabela própria, baseada na tabela da ENAMAT; no entanto, os Magistrados da 2ª Região não têm pagamento diferenciado;
- 4) O projeto didático da Escola não passa pelo Pleno, porém, existe prestação de contas e publicação das atividades com base em um calendário anual;
- 5) Os cursos devem ter projetos estruturados;
- 6) O Diretor deveria se afastar, ainda que para eventos específicos;
- 7) O estúdio é compartilhado com a área de comunicação social;
- 8) O EAD do Regional está em fase de instalação. Há convênio de EAD com o SENAI.

#### **3ª REGIÃO**

- 1) Importância de ampliação da democratização da Escola iniciada pela abertura dada no regulamento com a criação do Conselho da Escola;
- 2) Necessidade do afastamento do Diretor, com previsão no Regimento Interno;
- 3) Disciplina das parcerias possíveis com as Escolas;
- 4) Previsão de uma estrutura mínima de pessoal para a Escola, considerando fundamental a existência de uma pedagoga, uma psicóloga, um professor de português e um funcionário para dar suporte em informática;
- 5) Necessidade de estúdio próprio para videoconferência, estrutura para reunião da Escola e qualificação dos servidores;



- 6) Desenvolver método de avaliação da Escola pelos juízes;
- 7) A formação dos servidores por parte da Escola deve ser rediscutida, uma vez que a verba fica com o setor de RH. A distribuição da verba de capacitação também deve ser reavaliada;
- 8) Deve ser enfrentado o desafio da formação continuada para motivar o juiz; conciliação entre formação e jurisdição;
- 9) É importante a fixação de diretrizes para a certificação dos cursos;
- 10) O projeto pedagógico poderia ser feito com a ajuda dos alunos, após o módulo nacional;
- 11) Deve ser discutida a possibilidade de inversão do módulo nacional com o regional, de modo que a parte teórica não seja separada da prática (deve ser viabilizado o contato com a prática antes do módulo regional para que o magistrado tenha vivenciado experiências concretas).

#### **4ª REGIÃO**

- 1) Manter registros e estatísticas de todas as atividades das Escolas, inclusive avaliação;
- 2) O planejamento da formação de servidores deve ser realizado pela Escola, e pode ser executado por outra entidade, como no caso do convênio com a FEMARGS;
- 3) A conformação do Conselho Consultivo e sua participação são fundamentais para a Escola;
- 4) A dotação deve ser partilhada para formação dos juízes e dos servidores;
- 5) A avaliação da Escola pelos alunos é de suma importância;
- 6) A programação anual antecipada é importante para os juízes preverem a possibilidade de sua participação;
- 7) A programação deve levar em conta as sugestões dos juízes e seus problemas concretos;
- 8) As instalações da Escola devem atender suas necessidades em termos de conforto e de configuração. A estrutura administrativa compõe-se de Secretaria Executiva, Coordenação Acadêmica e Biblioteca;
- 9) Necessidade de preocupação com o impacto dos cursos de formação para os servidores;
- 10) Necessidade de ser levada em conta a preocupação da Corregedoria com os afastamentos da jurisdição para compatibilizar a formação com o exercício da atividade jurisdicional. Cursos de pós-graduação de longa duração devem atingir poucos magistrados;
- 11) Deve ser dada prioridade para cursos com pequenos grupos.

#### **5ª REGIÃO**

- 1) O regulamento da Escola e o módulo da formação inicial são submetidos ao Pleno;
- 2) Escola com espaço adequado e espaço cultural;
- 3) A formação dos servidores está na área de capacitação, salvo a atividade-fim, que é de competência da Escola;
- 4) Divisão de valores para a capacitação de juízes e servidores;



- 5) O TST deveria estabelecer parâmetros em termos de pessoal e equipamento para as Escolas, com orçamento próprio;
- 6) Necessidade de regulamentação pela ENAMAT de pagamento para juízes e servidores que ministram aulas nas Escolas;
- 7) Importância de convênios para o EAD com instituições de ensino e Escolas de outras regiões. Existência de convênio com o IAT, que possui núcleos regionais em 23 cidades para capacitação de professores.

## **6ª REGIÃO**

- 1) Escola recém-criada funcionando em sede própria na antiga Vara descentralizada da Capital;
- 2) Plano de ensino e programas não são submetidos ao Pleno; são aprovados pelo Conselho da Escola;
- 3) O Diretor é indicado pelo Presidente com aprovação do Pleno;
- 4) Necessidade de contar com o apoio do pessoal da biblioteca (a biblioteca foi incorporada à Escola, que passou a integrar os servidores lotados nos seus quadros);
- 5) Juízes e servidores devem atuar juntos, na Escola, e separados, conforme a atividade-fim ou meio;
- 6) Deve ser explorada a motivação dos juízes antigos em vista da atual baixa frequência às atividades;
- 7) O aperfeiçoamento não pode prejudicar as audiências, embora ainda seja necessário discutir melhor a liberação dos juízes junto à Corregedoria;

8) A pós-graduação não deve ser o foco das Escolas, mas sim a formação profissional.

## **7ª REGIÃO**

- 1) Incorporação da revista do Tribunal;
- 2) A qualificação de juízes e servidores deve ser feita pela Escola;
- 3) A importância de a ENAMAT atuar junto aos Tribunais, pela relevância da formação;
- 4) É detentora de convênio de pós-graduação para juízes e servidores, bem como convênio com ESFAM, da Magistratura Federal;
- 5) Necessidade de afastamento da direção da Escola;
- 6) Ressalta-se a importância da participação de colegas de outras regiões nos eventos.

## **8ª REGIÃO**

- 1) Preferência na eleição da direção para o mais antigo e mais titulado;
- 2) Estrutura física pequena, além de possuir apenas 1 servidor e 2 cedidos sem gratificação;
- 3) Integração do Conselho por substitutos e titulares da capital e do interior, além de indicação da AMATRA;
- 4) Importância da comunicação da Corregedoria com a Escola a fim de fornecer treinamentos específicos em certas áreas;
- 5) Integrar a Escola na comissão de vitaliciamento e prever os critérios que combinem aspectos quantitativos e qualitativos para a avaliação;
- 6) A Escola para os servidores deve ser distinta;
- 7) Organizar reunião da Escola com a assessoria jurídica, controle interno e direção-geral e trazer especialistas e pessoal do TCU com o objetivo de esclarecer questões orçamentárias – é recomendável a separação de orçamento para juízes e servidores;
- 8) Definir instrutoria interna para juízes e servidores;
- 9) Criar auxílio parcial (70%) para cursos externos compatíveis, de forma que o próprio aluno também arque com parte das despesas e se sinta comprometido, inclusive com termo de compromisso para ressarcir valores em casos especiais. Existência de críticas do consumo da verba de capacitação com essas bolsas, com o que a Escola também parecia preocupada;
- 10) Dar preferência a cursos que não exijam afastamento contínuo do juiz;
- 11) Criar bancas de professores;
- 12) O projeto deve ser flexível e sem prazo de vigência;
- 13) A avaliação dos cursos permite o contraditório pelo aluno;
- 14) É necessário superar a avaliação numérica;
- 15) A frequência aos cursos deve ser critério objetivo de promoção;
- 16) São positivas as experiências com cursos de hermenêutica, inglês e espanhol instrumentais.

## **9ª REGIÃO**

- 1) Desnecessária a submissão do regulamento da Escola ao Pleno;

- 2) A formação simultânea de servidores e juízes pode levar a uma maior ênfase aos servidores;
- 3) Importância da separação de verba para juízes e servidores;
- 4) Necessidade de liberação dos juízes para participar de cursos e eventos;
- 5) Gravação das atividades em CD e por meio da Internet;
- 6) Núcleo de colaboradores com experiência e boa-vontade em compartilhar – aproveitar potencial de pessoas com e sem formação acadêmica;
- 7) Utilizar as possibilidades do EAD com criatividade e inteligência. As varas já são interligadas por conectividade – aproveitar esse potencial.
- 8) Registra grande sucesso da formação inicial e a importância da assessoria da Prof<sup>a</sup> Acácia Kuenzer;
- 9) Possui convênio com Unicamp e Unicuritiba para cursos de pós-graduação;
- 10) Existência de curso sobre uso de novas tecnologias na educação, feito por EAD na PUC e recomendado pelo Coordenador.

## **10ª REGIÃO**

- 1) Experiência positiva de congresso à distância com participantes em Goiás e Tocantins;
- 2) Importância do setor de comunicação para apoiar a Escola;
- 3) A capacitação de pessoal é desvinculada da Escola, e os links necessários devem ser tratados para os eventos específicos;
- 4) As verbas dos servidores e dos juízes devem ser distintas;
- 5) Instituição de núcleo de pesquisa e estudo;
- 6) Integração com a sociedade civil em eventos nas escolas;
- 7) Projeto pedagógico deliberado pela própria Escola.

## **12ª REGIÃO**

- 1) Quadro completo de magistrados, não havendo necessidade de formação inicial no momento;
- 2) Maior público da formação é o de servidores - é necessário estimular a participação dos juízes;
- 3) Utilização da estrutura de todo o Tribunal para as atividades: informática, capacitação etc.;
- 4) Necessidade de mecanismo para incentivar o juiz, como a incorporação da participação nos cursos aos critérios de promoção;
- 5) Estabelecer reunião periódica com os juízes vitaliciandos, a fim de ouvi-los em suas necessidades e debater as situações enfrentadas;
- 6) Relevantes as visitas realizadas na formação inicial;
- 7) Criar parceria com o MPT com o objetivo de realizar eventos de interesse comum;
- 8) Dar enfoque específico, nos cursos, às atividades práticas e motivar o juiz a participar dos cursos;
- 9) Realizada pesquisa de demanda dos cursos presenciais e à distância;
- 10) Os cursos são feitos sem prejuízo da atividade jurisdicional;
- 11) Criação de fórum virtual com a finalidade de debater as questões;

- 12) Estabelecimento de convênio com universidade para pontuar as horas de curso para certificação.

### **13ª REGIÃO**

- 1) Disponibilização, em espaço próprio virtual, das experiências das Escolas;
- 2) Criação de espaço de vivências para os Magistrados e acervo de filmes que tratam de temas ligados à relação de trabalho;
- 3) As questões do controle interno limitam a atuação da Escola em aspectos administrativos;
- 4) Estimulação de boa formação acadêmica aos magistrados;
- 5) Escola possui bom orçamento e boas instalações.

### **14ª REGIÃO**

- 1) Tem instalações próprias;
- 2) O projeto pedagógico conta com contribuições de todos os juízes;
- 3) A aprovação pelo Pleno não é formalmente necessária, mas é um engajamento político;
- 4) Necessidade de estrutura própria de cargos para a Escola, que possui 8 servidores;
- 5) Importância da presença de um pedagogo e de um técnico em informática no seu quadro;
- 6) Possibilidade de projeto em tecnologia de administração judiciária;
- 7) Programação de visitas técnicas e convergência das agendas do CONEMATRA com a ENAMAT;
- 8) Satisfatória a experiência dos congressos realizados sem grandes conferências – com pequenas intervenções e muita participação do público (estrutura “pinga-fogo”);
- 9) Necessidade de investir na formação de instrutores. Experiência de ampliação do rol de instrutores da Escola por meio dos projetos institucionais: “Justiça vai à Escola”, “Justiça vai à Empresa”, “Justiça vai à Universidade”, os quais propiciam a experiência do magistrado em estruturar e expor idéias em público.

### **15ª REGIÃO**

- 1) Necessidade de instalações específicas e amplas para as Escolas. Qualidade das novas instalações e de sua biblioteca;
- 2) Integração do Estatuto da Escola no Regimento Interno – isso protege o regimento de alterações indesejadas;
- 3) As necessidades dos servidores são estudadas dentro da Escola;
- 4) Importância de visita técnica da ENAMAT;
- 5) Necessidade de convite aos diretores e também pedagogo ou outros servidores especializados da Escola às reuniões do CONEMATRA e ENAMAT;
- 6) A ENAMAT deve recomendar que parte expressiva do orçamento seja destacada à Escola;
- 7) Necessidade de separar a questão pedagógica da institucional para permitir o aprendizado;
- 8) A Escola deve ter setor próprio e separado para EAD;

- 9) Importância da consulta a dúvidas de português (disque-português) e a posterior publicação das dúvidas mais comuns;
- 10) Planejamento de visita técnica desaconselhada pelo Tribunal – não deve haver confusão entre atividade pedagógica e jurisdicional.

## **16ª REGIÃO**

- 1) Implantação de projeto de tutoria de vitaliciamento (anjo);
- 2) Criação de diretrizes pelo TST com o intuito de solucionar os obstáculos na administração das Escolas;
- 3) Diálogo com as administrações dos Tribunais para dar mais autonomia financeira às Escolas;
- 4) Relatórios de vitaliciamento são acompanhados pela Escola. Obs. Os relatórios são individuais.

## **17ª REGIÃO**

- 1) Utilização da Escola também para atividades culturais – espaço cultural utilizado de forma satisfatória;
- 2) Auditório adequado e equipamento de EAD, embora ainda não utilizado;
- 3) Incorporação na Escola do treinamento dos servidores para evitar a superposição de atividades com os juízes;
- 4) Atuação da ENAMAT com visita técnica às Escolas;
- 5) Previsão dos mesmos instrumentos e escopos nos projetos pedagógicos;
- 6) Programação de evento semestral ou anual para a troca de experiências com mais tempo, fora de Brasília, se possível, para conhecimento de outras Escolas.

## **18ª REGIÃO**

- 1) Submissão do Programa da Escola ao Pleno;
- 2) Necessidade de afastamento temporário do Diretor (ou outros membros, quando necessário) para os eventos;
- 3) Presença de servidor com conhecimento de informática, em áreas especializadas para manipulação de áudio e vídeo, bem como psicologia e pedagogia;
- 4) Rubrica própria para atividade da Escola;
- 5) Previsão de instalações próprias adaptadas às necessidades da Escola em EAD;
- 6) Digitalização rotineira de material da Escola;
- 7) Manter formação de servidores e de juízes em ambientes virtuais separados;
- 8) Necessidade de mais troca de experiência nos convênios firmados pelas Escolas;
- 9) Importância da existência de um Secretário bem formado. Uma psicóloga integra o quadro e uma pedagoga provê assessoria externa;
- 10) Escola com previsão de novas instalações físicas;
- 11) O interesse dos servidores participantes reside na progressão funcional.

## 19ª REGIÃO

- 1) Necessidade de o Pleno aprovar projeto pedagógico da Escola;
- 2) Realização de reuniões das Escolas em outras regiões para conhecer a realidade concreta;
- 3) Importância de realizar cursos para juízes, assim como para os servidores e estagiários da Escola;
- 4) Presença de técnico em informática na área de EAD da Escola;
- 5) Registro de todos os cursos em DVD.

## 21ª REGIÃO

- 1) Previsão, no regulamento, de realização de cursos de pós-graduação em sentido estrito;
- 2) Importância de autonomia da Escola para baixar e gerir seus atos, assim como elaborar seu planejamento anual e o conteúdo dos cursos e atividades;
- 3) Necessidade de profissionalização dos servidores da Escola;
- 4) Importância de instalações físicas adequadas para as atividades da Escola, a exemplo de laboratório e salas para EAD;
- 5) Necessidade de detalhamento nos projetos da Escola para facilitar seu encaminhamento;
- 6) Importância de cuidar da terminologia nos cursos a fim de evitar a rejeição;
- 7) Presença de psicóloga e pedagoga da Escola;



- 8) Cuidado na definição do tipo de custo de cada curso, para se aplicar na área-meio e/ou na área-fim;
- 9) A Escola trabalha com fluxograma para facilitar a aprovação dos projetos de cursos;
- 10) Impulso para delimitação de verba própria do orçamento na área de capacitação para a Escola;
- 11) Integrar juízes e servidores em eventos, independentemente da associação direta com a idéia de curso;
- 12) Necessidade de fixar carga horária anual mínima para formação permanente;
- 13) Criação de instrutoria interna.

## **22ª REGIÃO**

- 1) O fato de a Escola ser de juízes e servidores é imprescindível no caso da 22ª Região, em se tratando de Tribunal pequeno;
- 2) Formação de juízes e servidores da Escola voltada para a atividade-fim;
- 3) Escola desprovida de estrutura física. Importância do apoio da ENAMAT para que os Tribunais propiciem instalações adequadas às Escolas;
- 4) Importância de equipar as Varas distantes com EAD;
- 5) Realização de cursos de educação a distância a respeito do uso de diário eletrônico e de gestão de processos.

## **23ª REGIÃO**

- 1) Necessidade de curso de gestão e planejamento estratégico;
- 2) Necessidade de estudo da questão orçamentária;
- 3) Fixação de carga horária para formação continuada igual para todos os juízes;
- 4) Necessidade de reunir os Regionais para cursos em conjunto na formação inicial, tendo por fim a redução dos custos;
- 5) Necessidade de dedicação exclusiva do Diretor na Escola ou afastamento periódico.

## **24ª REGIÃO**

- 1) Importância de a regulamentação do módulo ser aprovada pelo Pleno;
- 2) Necessidade de liberação do Diretor da Escola;
- 3) Importância de fomentar uma cultura da formação;
- 4) Possibilidade de troca de experiências dentro da Escola;
- 5) Necessidade de uma pedagoga e de um técnico de informática;
- 6) Necessidade de um acervo de DVDs de todas as palestras;
- 7) Experiência positiva da instituição de datas fixas para reprodução das palestras por meio dos DVDs;
- 8) Necessidade de um calendário anual das atividades;
- 9) Fundamental destacar parte do orçamento do RH para a Escola (inclusive com pagamento de diárias);
- 10) Núcleo docente com Magistrados que deve aliar a formação acadêmica e o pendor para formação;
- 11) Inclusão de matérias práticas voltadas à profissionalização (a exemplo do curso local sobre incidentes de audiência).



## **24/10/2008 – 2ª Reunião do Sistema de Formação de Magistrados do Trabalho é encerrada com êxito**

“Nossos desafios são muito grandes, mas os estamos vencendo. Sugiro apenas que nos comuniquemos mais, ainda que de forma informal – usemos a internet para isso; sintam-se em casa. Estamos construindo uma nova Justiça do Trabalho e, para isso, tanto as Escolas dos Regionais como a Enamat são fundamentais. Estejam certos de que contamos com o apoio integral da Direção do TST e de todos os Ministros do Tribunal.”

Dessa forma o Diretor da Enamat, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, encerrou a 2ª Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT), na qual estiveram presentes, além da Direção e do Conselho Consultivo da Escola, Diretores das 24 Escolas Judiciais e a Presidente do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra), Juíza Graça Maria Borges Freitas (foto geral).

No último dia do encontro, todas as Escolas Regionais, individualmente, expuseram suas realidades – dificuldades e casos de sucesso. Trocaram experiências sobre os aspectos organizacionais e de gestão em técnicas de ensino presenciais e a distância, e discutiram o desenvolvimento da formação inicial para o vitaliciamento dos juízes. O debate resultante trará melhores métodos e ferramentas para o aprimoramento dos juízes, por meio de novas diretrizes para o Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho.



## 05 - VISITAS REALIZADAS

### ESPANHA

- De 24 a 30 de maio de 2008, o Ministro Antônio José Barros Levenhagen, Vice-Diretor da Enamat, realizou viagem de visita ao *Consejo General Del Poder Judicial em Madrid e à Escuela Judicial Española em Barcelona*.
  
- De 9 a 19 de junho de 2008, a Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Membro do Conselho Consultivo da Enamat, participou em Barcelona (Espanha) do Curso *“Reflexiones sobre la Formación de Jueces en Iberoamerica”*.

### REINO UNIDO

- O Diretor da Escola, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, viajou no dia 7/11/2008 para Oxford, Inglaterra, onde participou do projeto *“Uma Nova Consciência em Direitos Humanos”*, evento idealizado pelo British Council e realizado com o apoio da Enamat e outras Instituições, em homenagem ao Embaixador Brasileiro Sérgio Vieira de Mello, morto precocemente em agosto de 2003, vítima de um ataque terrorista no Iraque, enquanto representante especial do Secretário-Geral da ONU naquele País.

No dia 10/11, o Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso ministrou a palestra *“Redefinindo os Direitos Humanos na Era Global: uma homenagem a Sérgio Vieira de Mello”*, no St Antony’s College da Universidade de Oxford, iniciando o Ciclo de Palestras Sérgio Vieira de Mello, que busca estimular a troca de experiências entre o Brasil e o Reino Unido e despertar interesse para a questão dos direitos humanos. O projeto teve início em 2007, e é dividido em duas partes: a inglesa, realizada em Oxford, e a brasileira, que terá lugar no TST, em Brasília, em 26 de março de 2009.

O British Council, dentro de seu programa de governança, tem como uma de suas prioridades a disseminação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a troca de experiências entre países, como forma de contribuir para que os direitos humanos sejam respeitados.



Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e representantes do British Council no St. Antony's College da Universidade de Oxford



Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que proferiu palestra em Oxford



O British Council e o St Antony's College, Universidade de Oxford têm o prazer de convidar para a palestra



**Redefinindo os Direitos Humanos na Era Global: uma homenagem a Sérgio Vieira de Mello**  
 por Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil

10 de novembro às 17h  
 St Antony's College, Oxford



RSVP  
 British Council - [simone.azevedo@britishcouncil.org.br](mailto:simone.azevedo@britishcouncil.org.br)  
 St Antony's - [dev.office@sant.ox.ac.uk](mailto:dev.office@sant.ox.ac.uk)

Apoia:  **BRITISH AIRWAYS**  
 Creating opportunity for people worldwide

[www.britishcouncil.org.br](http://www.britishcouncil.org.br)

## BRASIL

- O Diretor da Escola, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, falou sobre “*As Escolas Judiciais e a Ética do Magistrado*”, por ocasião da Instalação da Escola Judicial e de Administração Judiciária do Regional em João Pessoa/PB, TRT da 13ª Região, no dia 4/4/2008.
- O Diretor da Escola, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, realizou palestra na Escola de Administração Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, no dia 18/4/2008, em Curitiba/PR. O evento foi dirigido a Magistrados, Diretores de Secretaria, Assistentes de Gabinetes de Juiz das Varas do Trabalho e Assessores e Assistentes de Desembargador, com o Tema “*As Escolas Judiciais e a Ética do Magistrado*”.

- O Diretor da Escola, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, realizou palestra no XIV CONAMAT, no dia 2/5/2008, em Manaus/AM, para Magistrados, com o Tema “*A Formação de Magistrados*”.
  
- O Diretor da Escola, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, participou do 8º CONGRESSO NACIONAL DE DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO DO TRT DA 15ª REGIÃO, dia 19/6/2008, no Teatro Municipal de Paulínia/SP.
  
- Representando o Diretor da Enamat, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, o Ministro Conselheiro Renato de Lacerda Paiva participou, no dia 25/09/2008, da *Solenidade de Inauguração da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Sexta Região da Justiça do Trabalho (EMAT6)*, com sede em Recife-PE.
  
- O Diretor da ENAMAT, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, proferiu palestra sobre “*A Emenda Constitucional Nº 45/2004 – Novos Caminhos para a Magistratura Trabalhista – Sistema Integrado de Formação de Magistrado do Trabalho*”, no dia 17/10/2008, no TRT da 18ª Região, evento promovido pela EMAT-18, para Magistrados e Servidores da Justiça do Trabalho (foto).
  
- Representando o Diretor da Enamat, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, o Juiz Conselheiro Giovanni Olsson participou, no dia 4/11/2008, de *reunião e visita técnica com representantes da ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados)* no Superior Tribunal de Justiça – STJ.



## 06 - VISITAS RECEBIDAS

### 27/2/2008 – Professor Italiano de Direito do Trabalho visita a Enamat

O professor catedrático de Direito do Trabalho da Universidade de Roma II Tor Vergata, Giancarlo Perone, visitou a Enamat, onde foi recebido pelo Diretor da Escola, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula. O Ministro explicou ao Professor o funcionamento do sistema de recrutamento, formação e aperfeiçoamento de magistrados trabalhistas brasileiros, e mostrou-lhe as dependências da Escola. O Professor Giancarlo Perone é ainda Diretor do Mestrado em Direito do Trabalho, Sindical e da Previdência Social da Universidade de Roma II e Advogado na Itália.

Reconhecidamente uma autoridade sobre Direito do Trabalho Europeu, veio ao Brasil participar de uma série de Congressos, Conferências e Palestras em instituições como a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a Escola Judicial do TRT de Minas Gerais, o TRT do Distrito Federal, OAB/GO e Instituto Goiano de Direito do Trabalho.



**Ministro Carlos Alberto Reis de Paula – Diretor da Enamat e o Professor Doutor Giancarlo Perone - Universidade de Roma II Tor Vergata**

- Representando o Diretor da Enamat, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, o Juiz Conselheiro Giovanni Olsson recebeu, no dia 27/11/2008, a visita do Diretor da Escola Nacional da Magistratura (ENM), Desembargador Eládio Lecey, e o Secretário-Geral da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Doutor Paulo Henrique Machado. Na oportunidade, assistiram a uma das aulas de Laboratório Judicial – Oficina de Instrução Processual, montada na Sala de Sessões do Tribunal Pleno do TST, e, também, conheceram as instalações da Escola.



**Doutor Paulo Henrique Machado, Secretário-Geral da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Desembargador Eládio Lecey, Diretor da Escola Nacional da Magistratura (ENM) e Juiz Giovanni Olsson, Conselheiro da ENAMAT**

- Representando o Diretor da Enamat, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, o Juiz Conselheiro Giovanni Olsson recebeu na Enamat, no dia 10/6/2008, para reunião técnico-administrativa, a Doutora Cíntia Barcelos Leitão Fischer Dias, Coordenadora Acadêmica, e o Professor Doutor Darcy Closs, Coordenador Científico da ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados) do Superior Tribunal de Justiça – STJ. Na oportunidade, conheceram as instalações da Escola.



- O Diretor da Escola, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, o Vice-Diretor, Ministro Antônio José de Barros Levenhagen, e o Juiz Conselheiro Giovanni Olsson, receberam na Enamat, dia 26/11/2008, para reunião de Avaliação do *Projeto Desenvolvimento Institucional da Enamat – Plano de Execução e Orçamento Detalhado*, representantes da AECID – Doutora Livia Maria da Costa Nogueira, Doutora Cristina Sangil Paez e Doutor Pedro Flores, Diretor da Agência Espanhola de Cooperação Internacional. E, representando a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, esteve presente o Doutor Thiago Balduino Romariz, Assistente de Chancelaria – Técnico de Cooperação – Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Recebida Bilateral – Ministério das Relações Exteriores (foto).
- O Diretor da Escola, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, recebeu em seu Gabinete, no dia 17/12/2008, às 17 horas, o Ministro e Conselheiro da Enamat Lelio Bentes

Corrêa, e as Doutoras Cristina Dale, Simone Carvalho de Azevedo e Ana Paula Nascimento, ambas representantes do Projects Officer Brasília – British Council, para reunião acerca do Ciclo de Palestras Sérgio Vieira de Mello, Palestrante Professor Gil Loescher, a realizar-se na Sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, no dia 26 de março de 2009.

## 07 - REUNIÕES DO CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo da ENAMAT reuniu-se nos dias 7/3, 14/5, 2/9 e 26/11 de 2008, na Sala de Reuniões da Diretoria, com a presença de seu Diretor, Vice-Diretor e Conselheiros, para debater e deliberar sobre questões importantes das Áreas Administrativa e Acadêmica da Escola.



Reunião de 9 de fevereiro de 2008



Reunião de 26 de novembro de 2008

## ASSUNTOS GERAIS

- A Direção da Enamat informou que foi atingido o marco de plena instituição das Escolas Judiciais, que agora estão presentes em todos os Tribunais Regionais do Trabalho.
- Elaborado Parecer pelo Juiz Conselheiro José Roberto Freire Pimenta acerca da Regulamentação dos Regionais quanto ao afastamento do Magistrado para frequência em cursos de aperfeiçoamento. Encaminhado ao Ministro João Oreste Dalazen, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
- A Enamat editou a Resolução N. 01/2008, que estabeleceu os parâmetros mínimos para o Módulo Regional da Formação Inicial dos Magistrados do Trabalho.



- Aprovado o Programa Nacional de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho – Biênio 2008/2009. Os Conselheiros reafirmaram a importância do documento, como consolidação das práticas de formação e referencial para seu aperfeiçoamento. Encaminhado para os Tribunais Regionais do Trabalho e Escolas Judiciais para conhecimento.
- Elaborado Parecer pelo Juiz Conselheiro José Roberto Freire Pimenta acerca de vagas para portadores de necessidades especiais. Aprovado pelo Conselho Consultivo, foi encaminhado para apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Rider Nogueira de Brito.
- Aprovada pelo Conselho Consultivo da Enamat, a Proposta para a Nova Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LOMAN. O Diretor, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, determinou o encaminhamento da proposta para análise do Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes e do Presidente da Comissão do STF que trata do estudo das sugestões para o anteprojeto da LOMAN, Ministro Cezar Peluso, e, ainda, para ciência das providências ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Rider Nogueira de Brito.
- A Direção da Escola deliberou, após manifestação do COLEPRECOR quanto ao andamento dos concursos regionais, que o Módulo Nacional do Curso de Formação Inicial para o ano de 2009 ocorrerá no 1º Semestre, no período de 4 a 29 de maio, e no 2º Semestre, no período de 14 de setembro a 9 de outubro. Encaminhado Ofício aos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho e aos Diretores das Escolas Judiciais para ciência da deliberação.

## **Justiça do Trabalho rompe distâncias com videoconferência**



O presidente do TST, Ministro Rider Nogueira de Brito, ao lado de demais Ministros, inaugura projeto “Rompendo Distâncias”, de Videoconferência

A Justiça do Trabalho brasileira inaugurou dia 10/12/2008, com uma videoconferência entre o Tribunal Superior do Trabalho e 22 dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho (fotos), uma nova etapa de seu projeto de interligação em nível nacional: o Projeto Rompendo Distâncias, que permitirá a comunicação direta entre TST, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), em Brasília, com todos os TRTs, e destes com as Varas do Trabalho. O presidente do TST, Ministro Rider Nogueira de Brito, ao lado de vários outros Ministros, colocou o sistema em operação saudando o esforço concentrado de técnicos e magistrados da Justiça do Trabalho de todo o País que permitiu a interligação. “Está inaugurada a nova realidade”, anunciou.

O diretor da Enamat, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, é um entusiasta da utilidade da videoconferência para a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados, porque permitirá à escola estreitar a integração com as 24 Escolas Judiciais Regionais e promover eventos, palestras e cursos sem a necessidade de deslocamento dos participantes.



## **ESTRUTURA DA ESCOLA**

A Escola Nacional encontra-se em fase de estruturação e consolidação das suas atividades, com investimento constante em recursos humanos e materiais adequados às suas necessidades. A Divisão Administrativa da Escola está em pleno funcionamento, enquanto a Divisão Acadêmica está em fase de estudo para sua implantação.

A Secretaria da Escola conta com um quadro de pessoal próprio qualificado e motivado, que desenvolve suas atividades sinergicamente, buscando a excelência na prestação de serviços combinada com uma utilização eficiente dos recursos disponíveis.

Ao longo de 2008, a Escola obteve aumento numérico de seus servidores, com a entrada de dois novos analistas judiciários, e passou a contar também com o apoio de uma estagiária de nível superior e dois estagiários de nível médio.

Além disso, a Escola investiu no desenvolvimento de competências gerenciais, didáticas, editoriais e administrativas, por meio da participação de servidores nos seguintes treinamentos

- Liderança multifuncional, situacional / contingencial e Comunicação Liderança multilateral, intra e interinstitucional;
- Cultura e Poder, Relações Interpessoais e Institucionais;
- Inovação e Motivação – Um caminho para a excelência institucional;
- Planejamento Estratégico e Planos de Ação;
- Modelos de Negociação e a Gestão de Conflitos: uma Abordagem Contemporânea;
- Novas Formas de Aprender, na modalidade EAD (Educação a Distância);
- Produção e Edição de Vídeo (Photoshop CS, Premier Pro, After Effects Pro, Direção de Arte, Encore DVD e Introdução ao Maya);
- Web Design;
- Processo Administrativo Eletrônico;
- Word 2007;
- Excel Avançado.

#### QUADRO DE PESSOAL:

1. Denimar Ferreira de Menezes Noronha;
2. Marizaura Augusto da Glória;
3. Ben Hur Lopes de Oliveira;
4. Carlos Eduardo Bettini de Albuquerque Lins;
5. Cláudia Helena Moreira da Cruz;
6. Marta Crisóstomo Rosário;
7. Ângela de Hariel Alves de Farias Pinheiro;
8. Cristiane da Silva Falcão;
9. Edson Ribeiro de Souza;
10. Jonas de Jesus Cordeiro da Silva;
11. Joyce Ataíde de Castro Martins;
12. Marcelo Picolo Catelli;
13. Taíla Albuquerque Rodrigues;
14. André Carlos da Costa Madureira;
15. Rodrigo Marques Lima.

#### INFORMÁTICA

No ano de 2008 foram trocados os 21 computadores do laboratório de informática da ENAMAT por computadores mais novos (computadores com 2 processadores Pentium, com 1 GB de memória e 76 GB de disco rígido) e com maior poder de processamento. A infra-estrutura da escola também passou a contar com uma rede *wireless* que está disponível a todos os alunos que participam dos cursos ofertados pela ENAMAT.

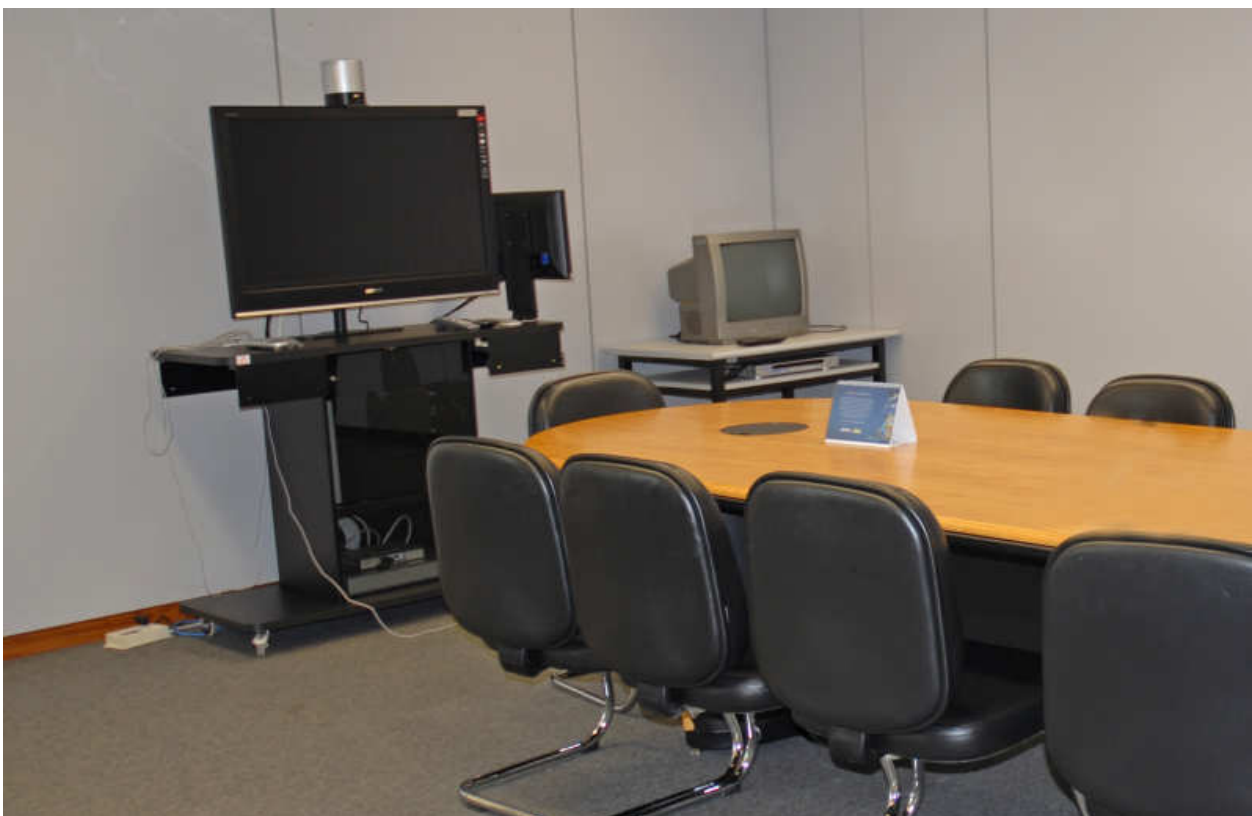
Durante o ano, também, foram adquiridos diversos equipamentos que serão utilizados nas atividades acadêmicas da Enamat, e aumentarão a capacidade de oferta de cursos a distância, bem como a qualidade dos trabalhos hoje realizados. A lista de equipamentos encontra-se em processo final de compra e está composta por notebooks, mesas de som, microfones, câmeras digitais, equipamento para gravação de áudio digital e computadores.

A Enamat tem apoio da Secretaria de Informática do TST, que iniciou a especificação da construção de um sistema informatizado de gerenciamento para os cursos disponibilizados pela Escola. Tal sistema, que já está em fase de desenvolvimento, irá gerenciar os diversos aspectos envolvidos na elaboração de um curso, tais como controle de frequência, emissão de certificados, gestão de pagamento dos professores com emissão de recibos, cadastro de Alunos-Juízes e de professores. Ele também será integrado ao sistema de folha de pagamento do TST, para agilizar o processo de pagamento dos professores que ministram aula na Escola.

Além deste sistema, a Escola passou a ter um sítio específico para apoio ao ensino presencial e a distância (<http://ead.enamat.gov.br>), onde os Alunos-Juízes têm acesso aos materiais disponibilizados pelos professores e a outros conteúdos. Este sítio será a porta de entrada para os cursos a distância que serão oferecidos.

Em 2008, a Escola passou a controlar a presença nas aulas com a utilização de leitoras de código de barras. Agora, os Alunos-Juízes possuem, em seus crachás, códigos de barras que são lidos no início de cada aula por duas leitoras que foram adquiridas pela Escola. Desta forma, o registro de presença é feito de maneira automatizada, garantindo rapidez e eficiência ao processo.

A Enamat também passou a utilizar a ferramenta *Oracle Collaboration Suite*, que fornece uma variedade de funcionalidades, tais como disponibilização de arquivos num ambiente seguro e com controle de permissões, que pode ser acessado pela internet (permitindo o trabalho remoto por parte de integrantes do Conselho Consultivo da Escola), sistema de



troca de mensagens entre os funcionários e controle de empréstimos das salas (auditório, sala de informática, sala de vídeo-conferência e sala de aula).

Foi adquirido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e repassado para a Enamat um equipamento de vídeo-conferência, composto por computador, televisão de LCD de 46 polegadas, microfones para captação de som ambiente e câmera (foto na página anterior). Além da Escola, o TST e todos os Tribunais Regionais do Trabalho também receberam tal equipamento, que permitirá a realização de reuniões, e mesmo aulas, a distância, com excelente qualidade de áudio e vídeo, que propiciarão grande economia para a Justiça do Trabalho, visto que o gasto com deslocamentos e diárias será reduzido.

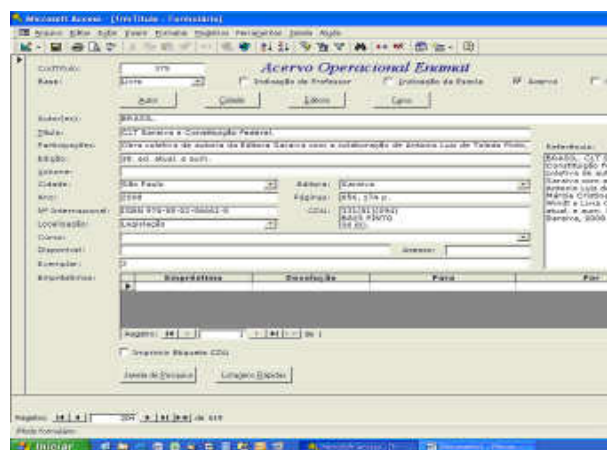
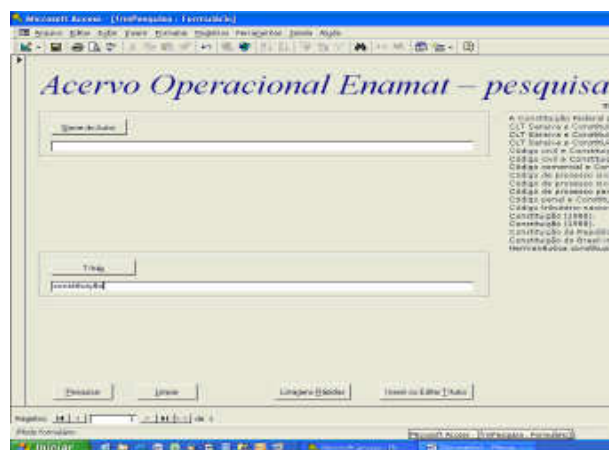
## ACERVO OPERACIONAL

Em 2008, foi organizado o Acervo Operacional da Enamat, que consiste em uma estante com obras essenciais, voltada principalmente para consulta pelos professores durante os cursos promovidos pela Escola.

As obras estão divididas em cinco seções: Geral, Legislação, Metodologia de Pesquisa e Ensino, Periódicos e Multimídia.

O acervo inclui a Constituição, códigos, leis, jurisprudência e doutrina sobre direito do trabalho, além de filosofia, administração e educação a distância, entre outros. Na parte de multimídia, destacam-se os DVDs com as gravações das aulas ministradas nos Cursos oferecidos pela Enamat, ao lado de livros e coletâneas de revistas jurídicas disponibilizados em CD-ROM.

Todas as obras foram catalogadas e etiquetadas por meio de um sistema informatizado desenvolvido especialmente para gerenciar o Acervo (“foto” da tela do computador). Esse sistema permite pesquisar as obras existentes no Acervo a partir de critérios definidos pelo usuário, como título, autor ou editora, e emite automaticamente listagens bibliográficas elaboradas em consonância com as normas da ABNT.



## 08 - A ESCOLA EM IMAGENS



Entrada da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - Enamat



Recepção



Espaço de Convivência dos Alunos-Juízes



Entrada do Gabinete da Chefia da Divisão Administrativa



Gabinete da Chefia da Divisão Administrativa



Galeria de fotos dos Cursos de Formação Inicial na Recepção da Escola



Panorâmica da Divisão Administrativa



Vista do Gabinete da Chefia da Divisão Administrativa



Panorâmica da Divisão Administrativa





Panorâmica da Divisão Administrativa



Panorâmica da Divisão Administrativa



Panorâmica da Divisão Administrativa



Sala do Diretor da Escola, com vista para o STJ



Recepção da Sala do Diretor da Enamat



Sala do Diretor da Enamat



Sala do Diretor - espaço para visitas e mesa para reuniões



Mesa de reuniões e equipamento de videoconferência



Panorâmica da Divisão Acadêmica



Sala de Estudos e Acervo Operacional



Estúdio de Vídeo



Sala de Aula



Laboratório de Informática



Auditório da Enamat

**COMPOSIÇÃO DO TST NO PERÍODO, por ordem de antigüidade:**

Vantuil Abdala  
Rider Nogueira de Brito - Presidente  
Milton de Moura França - Vice-Presidente  
João Oreste Dalazen - Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho  
Carlos Alberto Reis de Paula  
Antônio José de Barros Levenhagen  
Ives Gandra da Silva Martins Filho  
João Batista Brito Pereira  
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi  
José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes  
Renato de Lacerda Paiva  
Emmanoel Pereira  
Lelio Bentes Corrêa  
Aloysio Corrêa da Veiga  
Horácio Raymundo de Senna Pires  
Rosa Maria Weber Candiota da Rosa  
Luiz Philippe Vieira de Mello Filho  
Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira  
Maria de Assis Calsing  
Dora Maria da Costa  
Pedro Paulo Teixeira Manus  
Fernando Eizo Ono  
Guilherme Augusto Caputo Bastos  
Márcio Eurico Vitral Amaro  
Walmir Oliveira da Costa  
Mauricio Godinho Delgado  
Kátia Magalhães Arruda

